

# SUMÁRIO

<b>I – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1. O litígio e sua composição .....	1
1.1. A força física como forma compositiva do litígio .....	2
1.2. A composição como forma de solução do litígio .....	3
1.3. O processo como forma de solução do litígio .....	3
2. O processo e o monopólio da administração da justiça .....	5
3. O <i>jus puniendi</i> .....	6
4. O processo .....	10
5. O processo civil e o processo penal. Unidade ou dualidade do direito processual? .....	12
6. Conceito de Direito Processual Penal .....	14
7. Características do Direito Processual Penal .....	14
8. Finalidade do Direito Processual Penal .....	14
9. Posição enciclopédica do Direito Processual Penal .....	15
10. Relações do Direito Processual Penal .....	15
10.1. Direito Penal .....	15
10.2. Direito Constitucional .....	16
10.3. Direito Processual Civil .....	16
10.4. Direito Civil .....	17
10.5. Direito Comercial .....	17
10.6. Direito Administrativo .....	18
10.7. Direito Internacional Público .....	18
<b>II – DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PROCESSO PENAL .....</b>	<b>19</b>
1. O processo penal na Grécia .....	19
2. O processo penal em Roma .....	20
3. O processo penal entre os germânicos .....	21
4. O Direito Canônico .....	22
5. O sistema inquisitivo nas legislações laicas .....	23
6. A Revolução Francesa e o processo .....	24
<b>III – TIPOS DE PROCESSO PENAL .....</b>	<b>27</b>
1. Processo de tipo acusatório .....	27



2. Processo de tipo inquisitivo.....	28
3. Processo de tipo misto.....	29
4. Tipo de processo no direito pátrio .....	29
<b>IV – PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO PROCESSO PENAL .....</b>	<b>31</b>
1. Princípio do juiz natural.....	31
2. Verdade real.....	35
3. Da persuasão racional ou do livre convencimento.....	38
4. Da iniciativa das partes.....	39
5. Princípio do contraditório .....	41
6. Princípio do devido processo legal.....	43
7. Princípio da igualdade das partes.....	44
8. Princípio da imparcialidade do juiz .....	44
9. Princípio da publicidade.....	45
10. Princípio da obrigatoriedade ou da legalidade.....	48
11. Princípio da oficialidade .....	51
12. Princípio da indisponibilidade do processo .....	52
13. Princípio da oralidade e da identidade física do juiz .....	54
14. Princípio da correlação entre a imputação e a sentença.....	55
15. Princípio da inocência .....	60
16. Princípio do <i>favor rei</i> .....	66
17. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	66
18. Outros princípios informativos do processo penal .....	68
<b>V – FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL .....</b>	<b>69</b>
1. Classificação e sentido da palavra “fonte” .....	69
2. Fonte de produção (material).....	69
3. Fontes formais.....	70
3.1. Fonte imediata, direta, primária (as leis) .....	70
3.2. Fontes indiretas (secundárias, mediatas) .....	71
4. Tratados, convenções e regras de Direito Internacional.....	72
<b>VI – INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL .....</b>	<b>75</b>
1. Noções.....	75
2. Espécies de interpretação .....	75
2.1. Interpretação autêntica .....	76
2.2. Interpretação doutrinal .....	76
2.3. Interpretação jurisprudencial.....	77
2.4. Interpretação gramatical.....	77
2.5. Interpretação lógica ou teleológica.....	78
2.6. Interpretação sistemática .....	78

2.7. Interpretação histórica.....	78
2.8. Interpretação declarativa, restritiva e extensiva.....	79
2.9. Interpretação analógica.....	80
2.10. Analogia.....	80
2.11. Interpretação progressiva.....	82
<b>VII – EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO.....</b>	<b>85</b>
1. Incidência imediata da lei nova.....	85
2. Previsão na lei nova da ultra-atividade da lei anterior.....	86
3. Observância do princípio da intertemporalidade da lei penal.....	87
<b>VIII – EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO.....</b>	<b>93</b>
1. Adoção do princípio da territorialidade. Adoção do princípio da unidade do Direito Processual Penal.....	93
2. Ressalvas feitas pelo artigo 1º do CPP.....	95
2.1. Tratados, convenções e regras de Direito Internacional.....	95
2.2. Crimes de responsabilidade sujeitos à jurisdição política.....	96
2.3. Os processos da competência da Justiça Militar.....	98
2.4. Os processos da competência do Tribunal Especial (Constituição, art. 122, n. 17).....	100
2.5. Crimes de imprensa.....	101
2.6. Outras exceções à aplicabilidade do Código de Processo Penal.....	102
<b>IX – DA PERSECUÇÃO PENAL: PRIMEIRA FASE DA PERSECUTIO CRIMINIS. DA FASE PREPARATÓRIA DA AÇÃO PENAL.....</b>	<b>103</b>
1. Noções.....	103
1.1. O princípio da reserva legal. <i>Nullum crimen nulla poena sine praevia lege</i> .....	103
1.2. O <i>jus puniendi in abstracto</i> e o <i>jus puniendi in concreto</i> .....	103
1.3. Da lide penal. Solução.....	104
2. Inquérito policial.....	106
2.1. Definição.....	106
2.2. Finalidade.....	107
2.3. Natureza.....	107
2.3.1. O inquérito é escrito.....	107
2.3.2. O inquérito é sigiloso.....	108
2.3.3. O inquérito é inquisitivo.....	111
2.4. Início do inquérito policial.....	112
2.4.1. Início do inquérito policial por crime de ação penal pública incondicionada.....	114
2.4.1.1. De ofício.....	114
2.4.1.2. Por auto de prisão em flagrante delito.....	116
2.4.1.3. Mediante requisição da autoridade judiciária.....	117
2.4.1.4. Mediante requisição do órgão do Ministério Público.....	118

2.4.1.5. Mediante requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.....	120
2.4.2. Início do inquérito policial por crime de ação penal pública con- dicionada.....	123
2.4.2.1. Mediante representação do ofendido ou de seu represen- tante legal.....	123
2.4.2.2. Mediante requisição do Ministro da Justiça.....	127
2.4.2.3. Por auto de prisão em flagrante delito.....	129
2.4.3. Início do inquérito policial por crime de ação penal privada.....	129
2.4.3.1. Mediante requerimento do ofendido ou de seu represen- tante legal.....	129
2.4.3.1.1. Prazo para o requerimento.....	131
2.4.3.1.2. Conteúdo do requerimento.....	132
2.4.3.1.3. Indeferimento do requerimento.....	133
2.4.3.1.4. A mulher casada e o direito de requerer a instau- ração do inquérito policial.....	133
2.4.3.2. Por auto de prisão em flagrante delito.....	133
2.5. A <i>delatio criminis</i> .....	134
2.5.1. Denúncia anônima.....	136
2.5.2. <i>Delatio criminis</i> simples e inqualificada.....	138
2.5.3. <i>Delatio criminis</i> postulatória.....	138
2.6. Postura funcional e de trabalho da autoridade policial.....	138
2.7. Diligências. Incisos I a IX do art. 6º do CPP.....	140
2.7.1. Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.....	140
2.7.2. Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após libe- rados pelos peritos criminais.....	144
2.7.3. Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.....	145
2.7.4. Ouvir o ofendido.....	148
2.7.5. Ouvir o indiciado.....	151
2.7.6. Proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e acareações.....	156
2.7.7. Determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.....	164
2.7.8. Ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes....	166
2.7.8.1. Processos de identificação ao longo da história.....	167
2.7.8.2. Folha de antecedentes.....	174
2.7.8.3. Averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuí- rem para a apreciação de seu temperamento e caráter.....	175
2.8. Artigo 7º do CPP – Reprodução simulada dos fatos (reconstituição).....	176
2.9. Conclusão do inquérito policial (relatório).....	178



2.9.1. Prazo para a conclusão do inquérito policial .....	182
2.9.1.1. Pedido de dilação de prazo .....	188
2.10. Requerimento de diligências pelo órgão do Ministério Público, ou pelo ofendido, no curso do inquérito, ou mesmo depois de relatado.....	190
2.11. O inquérito policial na prisão em flagrante.....	191
2.11.1. Conceito de flagrante .....	191
2.11.2. Lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	192
2.11.3. Apresentação do preso.....	192
2.11.4. Elaboração do auto de prisão em flagrante delito .....	193
2.11.5. Providências iniciais para a lavratura do auto de prisão em fla- grante.....	193
2.11.6. Formalização da prisão em flagrante delito e seu regramento.....	194
2.11.7. Sugestão para a elaboração do auto de prisão em flagrante delito.....	197
2.11.8. Formalidades quanto à prisão e elaboração do auto de prisão em flagrante delito .....	199
2.11.9. Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial ...	204
2.11.10. Comunicação da prisão em flagrante ao juiz .....	205
2.11.11. Recebimento da comunicação da prisão em flagrante pelo juiz. Manutenção ou relaxamento da prisão. Decretação da prisão preventiva.....	207
2.11.12. Nota de culpa. Prazo .....	209
2.11.13. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito ....	211
2.12. Desnecessidade de nomeação de curador ao indiciado menor no in- quérito policial.....	214
2.13. Nulidade no inquérito policial .....	215
2.14. Incomunicabilidade no inquérito policial .....	216
2.15. Dispensabilidade do inquérito policial.....	219
2.16. Inquéritos extrapoliciais.....	220
2.17. Outros deveres da autoridade policial.....	221
2.18. Valor probatório do inquérito policial .....	222
2.19. Arquivamento do inquérito policial .....	223
2.19.1. Impossibilidade pela autoridade policial.....	223
2.19.1.1. Oficiosidade.....	224
2.19.2. Arquivamento pela autoridade judiciária – Juiz.....	225
2.19.2.1. Necessidade de requerimento. Proibição de arquivamento de ofício. Recurso .....	225
2.19.3. Pedido de arquivamento pelo órgão do Ministério Público.....	226
2.19.3.1. Hipóteses Legais .....	226
2.19.3.2. Exigência de fundamentação.....	227
2.19.3.3. Discordância do juiz quanto ao pedido de arquivamento. Aplicação do art. 28 do CPP. Função do juiz....	227

2.19.4. Pedido de arquivamento parcial e implícito.....	229
2.19.5. Pedido de arquivamento indireto .....	229
2.19.6. Arquivamento sem o crivo do Poder Judiciário.....	230
2.19.7. Pedido de arquivamento perante os tribunais .....	230
2.19.8. Decisão de arquivamento e a coisa julgada. Desarquivamento...	231
2.19.9. Arquivamento e processo anulado .....	232
2.19.10. Arquivamento. Impossibilidade da ação penal privada subsidiária..	232
2.19.11. Recurso da decisão de arquivamento .....	233
2.19.12. Impossibilidade de determinação de diligência pelo juiz quando formulado pedido de arquivamento pelo Ministério Público...	235
2.19.13. Inquérito por crime privado. Manifestação do MP .....	235
2.19.14. Peças de informação. Arquivamento .....	235
2.19.15. O artigo 28 do CPP na Justiça Federal. Remessa dos autos.....	236
2.19.16. Arquivamento em face da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Juizado Especial Criminal) .....	236
2.19.17. Arquivamento do inquérito civil.....	236
2.20. Apuração da infração penal, segundo a Lei nº 9.099, de 26.09.1995 – Juizados Especiais Criminais .....	236
2.20.1. Representação.....	238
2.20.2. Prisão em flagrante.....	238
2.21. Juizados de instrução.....	239
2.22. Da polícia.....	240
2.22.1. Definição .....	240
2.22.2. Divisão.....	240
2.22.2.1. Polícia de Segurança.....	241
2.22.2.2. Polícia Judiciária .....	242

<b>X – DA SEGUNDA FASE DA PERSECUÇÃO PENAL – PERSECUTIO CRIMINIS IN JUDICIO – DA AÇÃO PENAL.....</b>	<b>245</b>
1. Noções.....	245
2. Fundamento do direito de ação .....	246
3. Fundamento constitucional da ação penal .....	247
4. Conceito de ação penal .....	247
5. A ação penal e o sistema legal normativo .....	248
6. Classificação da ação penal .....	248
6.1. Com base na tutela jurisdicional invocada.....	248
6.2. Com base no sujeito que a promove. Classificação subjetiva.....	249
6.2.1. Da ação penal pública e da ação penal privada .....	250
7. Das condições da ação.....	251
7.1. Definição .....	251
7.2. Condições genéricas da ação.....	252
7.3. Condições específicas da ação.....	257

7.4. Condição de procedibilidade: própria e imprópria.....	258
7.5. Condição de prosseguibilidade da ação.....	258
8. Da ação penal pública.....	259
8.1. Subdivisão da ação penal pública .....	259
8.2. Da ação penal pública incondicionada .....	260
8.2.1. Titularidade .....	260
8.2.2. Princípios informativos da ação penal pública incondicionada .....	261
8.2.2.1. Oficialidade.....	261
8.2.2.2. Legalidade ou obrigatoriedade .....	262
8.2.2.3. Indisponibilidade .....	264
8.2.2.4. Indivisibilidade .....	267
8.2.2.5. Intranscendência .....	270
8.2.2.6. Autoritariedade.....	271
8.2.2.7. Oficiosidade .....	271
8.3. Da ação penal pública condicionada, ou semipública, ou secundária.....	271
8.3.1. Titularidade .....	271
8.3.2. Princípios informativos da ação penal pública condicionada .....	272
8.3.3. Da ação penal pública condicionada à representação do ofendido ou de seu representante legal .....	272
8.3.3.1. Razão da subordinação da ação penal pública aos interesses do ofendido ou de seu representante legal.....	273
8.3.3.2. Fórmula encontrada pelo legislador para dizer se o crime é de ação penal pública condicionada à representação do ofendido ou de seu representante legal.....	273
8.3.3.3. Crimes cuja ação penal depende de representação .....	273
8.3.3.4. Representação .....	274
8.3.3.4.1. Conceito. Definição .....	274
8.3.3.4.2. Natureza jurídica da representação.....	274
8.3.3.4.3. Legitimidade para ofertar a representação.....	276
8.3.3.4.4. Autoridade destinatária da representação e seu conteúdo .....	281
8.3.3.4.5. Forma da representação .....	282
8.3.3.4.6. Procedimento, tendo-se em conta a autoridade destinatária .....	282
8.3.3.4.7. Prazo para fazer a representação. Marco inicial. Contagem.....	283
8.3.3.4.8. Eficácia objetiva da representação .....	289
8.3.3.4.9. Desnecessidade de se definir juridicamente o fato na representação. Não vinculação do órgão do Ministério Público .....	289
8.3.3.4.10. Retratação da representação .....	290
8.3.3.4.11. Ônus da prova quanto a ter o titular do direito de representação sabido quem foi o autor do crime nesta ou naquela data .....	293
8.3.3.4.12. A representação e o prazo para o início da ação penal.....	293

8.3.4. Da ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça .....	294
8.3.4.1. Crimes dependentes de requisição do Ministro da Justiça.....	294
8.3.4.2. Destinatário da requisição .....	295
8.3.4.3. Conteúdo da requisição do Ministro da Justiça .....	296
8.3.4.4. Natureza jurídica .....	296
8.3.4.5. Prazo.....	296
8.3.4.6. Retratação .....	296
8.3.4.7. Vinculação da requisição .....	298
8.3.4.8. Eficácia objetiva da requisição .....	298
8.3.4.9. Desnecessidade de se definir juridicamente o fato na requisição .....	298
8.3.4.10. Prazo para o início da ação penal, diante da requisição ofertada .....	299
8.4. Denúncia – Peça inicial da ação penal pública incondicionada ou condicionada.....	299
8.4.1. Definição .....	300
8.4.2. Requisitos da denúncia.....	302
8.4.2.1. Exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias.....	302
8.4.2.2. Qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo .....	311
8.4.2.3. Classificação do crime .....	313
8.4.2.4. Rol de testemunhas.....	317
8.4.2.5. Endereçamento. Cabeçalho .....	322
8.4.2.6. Pedido de citação e condenação do acusado .....	323
8.4.2.7. Ser escrita em vernáculo .....	324
8.4.2.8. Ser subscrita pelo órgão do Ministério Público.....	324
8.4.3. Prazo para o oferecimento da denúncia .....	325
8.4.3.1. Contagem do prazo para o oferecimento da denúncia.....	327
8.4.3.2. Denúncia oferecida fora do prazo. Consequências .....	328
8.4.4. Requerimentos na denúncia. Cota introdutória.....	330
8.4.4.1. Considerações à cota introdutória da denúncia.....	331
8.4.5. Recebimento e rejeição da denúncia .....	332
8.4.5.1. Recurso da decisão que recebe a denúncia .....	337
8.4.5.2. Recurso da decisão que rejeita a denúncia .....	337
8.4.6. Aditamento à denúncia .....	337
8.4.7. Da imputação alternativa na denúncia.....	338
8.4.8. Roteiro para a elaboração de uma boa denúncia.....	342
9. Da ação penal privada .....	343
9.1. Subdivisão da ação penal privada .....	345
9.2. Da ação penal exclusivamente privada ou privada propriamente dita ...	345



9.2.1. Princípios informativos.....	345
9.2.1.1. Princípio da oportunidade ou conveniência.....	345
9.2.1.2. Princípio da disponibilidade.....	346
9.2.1.3. Princípio da indivisibilidade.....	347
9.2.1.4. Princípio da intranscendência.....	349
9.2.2. Titularidade.....	350
9.2.2.1. O exercício do direito de queixa pelo ofendido ou seu representante legal.....	351
9.2.2.2. O exercício do direito de queixa na morte ou declaração de ausência do ofendido – O direito de prosseguir na ação já intentada.....	353
9.2.2.3. O exercício do direito de queixa pelas pessoas jurídicas....	355
9.2.2.4. O exercício do direito de queixa pela mulher casada.....	356
9.2.2.5. O exercício do direito de queixa por procurador.....	356
9.2.3. Prazo para a oferta da queixa, para o exercício do direito de queixa – Natureza e contagem do prazo.....	357
9.2.3.1. Prazo para o exercício do direito de queixa pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial.....	361
9.2.4. Intervenção do Ministério Público. Aditamento da queixa-crime pelo MP. Recurso do MP na ação penal privada.....	363
9.2.4.1. Aditamento da queixa pelo Ministério Público.....	363
9.2.4.2. Prazo do aditamento da queixa pelo Ministério Público, na ação penal privada.....	364
9.2.4.3. Recurso do Ministério Público na ação penal privada.....	364
9.2.5. A renúncia, o perdão, a perempção e a desistência da ação penal privada.....	365
9.2.5.1. Da renúncia.....	365
9.2.5.1.1. Legitimidade para exercer o direito de renúncia	366
9.2.5.1.2. Extensão da renúncia.....	367
9.2.5.2. Do perdão.....	368
9.2.5.2.1. Legitimidade para oferecer o perdão.....	369
9.2.5.2.2. Extensão do perdão.....	371
9.2.5.2.3. Divisão do perdão.....	371
9.2.5.2.4. Aceitação do perdão.....	372
9.2.5.3. Perdão e renúncia – Pontos de convergência e de distanciamento.....	374
9.2.5.4. Da perempção.....	375
9.2.5.5. Da desistência da ação penal privada.....	383
9.3. Da ação penal privada personalíssima.....	383
9.3.1. Prazo.....	385
9.3.1.1. Início do prazo.....	385
9.3.1.2. Contagem do prazo.....	385
9.3.1.3. Natureza do prazo.....	385

9.4. Da ação penal privada subsidiária da pública (supletiva).....	386
9.4.1. Previsão legal – Cabimento.....	386
9.4.2. Titularidade da ação.....	387
9.4.3. Prazo. Marco inicial. Natureza. Contagem.....	388
9.4.4. Intervenção do Ministério Público na ação penal privada subsidiária da pública .....	388
9.4.4.1. Prazo para o aditamento da queixa na ação penal privada subsidiária da pública .....	390
9.4.4.2. Retomada da ação penal pelo Ministério Público – Fenômeno da reversibilidade da ação penal.....	390
9.4.5. Renúncia ao direito de queixa, na ação penal privada subsidiária da pública .....	391
9.5. Querelante pobre e o direito de queixa.....	391
9.6. Crimes de ação penal exclusivamente privada.....	392
9.7. Despesas judiciais na ação penal privada.....	392
9.8. Críticas à ação penal privada .....	395
9.9. Queixa-crime. Peça inicial da ação penal privada .....	397
9.9.1. Definição .....	397
9.9.2. Requisitos da queixa-crime.....	399
9.9.3. Requerimentos na queixa-crime – Cota introdutória .....	399
9.9.3.1. Considerações à cota introdutória da queixa.....	400
9.9.4. Imputação alternativa na queixa-crime.....	401
9.9.5. Recebimento e rejeição da queixa-crime.....	401
9.9.5.1. Recurso contra a decisão que recebe a queixa-crime.....	401
9.9.5.2. Recurso contra a decisão que rejeita a queixa-crime.....	402
9.9.6. Roteiro para a elaboração de uma boa queixa-crime .....	402
10. Outros tipos ou modalidades de ação penal .....	403
10.1. Da ação penal <i>ex officio</i> .....	403
10.2. Da ação penal popular .....	404
10.3. Da ação penal particular.....	405
10.4. Da ação penal adesiva.....	405
10.5. Da ação de prevenção penal .....	406
10.6. Da ação penal profissional.....	406
10.7. Da ação penal pública subsidiária da pública.....	407

## **XI – CAUSAS EXTINTIVAS DE PUNIBILIDADE..... 409**

1. Noções. Conceito .....	409
2. Causas extintivas de punibilidade em espécie .....	411
2.1. Morte do agente.....	411
2.1.1. Prova da morte do agente .....	411
2.1.2. Revisão criminal, declarada extinta a punibilidade do agente pela morte .....	412
2.2. Anistia, graça e indulto.....	412
2.2.1. Anistia .....	412

2.2.2. Graça .....	414
2.2.3. Indulto .....	416
2.2.4. Pontos de contato entre a anistia, a graça e o indulto .....	417
2.2.5. Pontos de contato entre a anistia e o indulto coletivo .....	417
2.2.6. Pontos de contato entre a anistia e a graça (indulto individual) ...	418
2.2.7. Pontos de contato entre a graça e o indulto.....	418
2.2.8. Pontos de afastamento (divergência) entre a anistia e o indulto co- letivo.....	418
2.2.9. Pontos de afastamento (divergência) entre a anistia e a graça (indulto individual).....	418
2.2.10. Pontos de afastamento (divergência) entre a graça (indulto indi- vidual) e o indulto coletivo .....	419
2.3. <i>Abolitio criminis</i> .....	419
2.4. Prescrição, decadência e perempção .....	420
2.4.1. Prescrição .....	420
2.4.1.1. Natureza jurídica .....	420
2.4.1.2. Definição, conceito .....	420
2.4.1.3. Espécies de prescrição.....	421
2.4.1.3.1. Prescrição da pretensão punitiva .....	421
2.4.1.3.2. Prescrição da pretensão executória ou prescrição da condenação.....	431
2.4.1.4. Prescrição da pena de multa.....	433
2.4.1.5. Prescrição no concurso de crimes.....	434
2.4.1.6. Prescrição e medida de segurança .....	435
2.4.1.7. Prescrição nos crimes falimentares .....	435
2.4.1.8. Prescrição nos crimes de imprensa.....	436
2.4.1.9. Prescrição nos crimes de abuso de autoridade.....	436
2.4.1.10. Prescrição no perdão judicial.....	436
2.4.1.11. Prescrição e o artigo 108 do Código Penal .....	436
2.4.1.12. Prescrição antecipada.....	437
2.4.1.13. Delitos imprescritíveis .....	437
2.4.1.14. Procedimento no reconhecimento da prescrição. Recurso....	437
2.4.2. Decadência .....	438
2.4.2.1. Natureza jurídica .....	438
2.4.2.2. Definição. Conceito. Incidência .....	438
2.4.2.3. Prazo.....	439
2.4.2.4. Efetivação do exercício do direito de queixa ou de repre- sentação.....	440
2.4.2.5. Semelhanças e diferenças entre prescrição e decadência..	441
2.4.3. Perempção .....	441
2.5. Renúncia e perdão .....	441
2.6. Retratação .....	441
2.7. Casamento do agente com a vítima nos antigos crimes contra os cos- tumes .....	442

2.8. Casamento da vítima com terceiro nos antigos crimes contra os costumes.....	442
2.9. Perdão judicial.....	442

## **XII – DA JURISDIÇÃO..... 445**

1. Conceito.....	445
2. A função jurisdicional e as funções judiciárias em sentido estrito .....	447
3. A função de julgar .....	448
4. Diferenças entre a jurisdição e as demais funções: administração e legislação ...	448
5. Caracteres da jurisdição.....	449
5.1. Caracteres formais.....	449
5.2. Outros caracteres ou traços .....	450
5.2.1. Pressupõe uma situação litigiosa concreta .....	450
5.2.2. Apresenta função substitutiva ou secundária.....	450
5.2.3. Apresenta função inicialmente inerte.....	450
6. Elementos da jurisdição .....	451
6.1. <i>Notio</i> ou <i>cognitio</i> .....	451
6.2. <i>Judicium</i> .....	451
6.3. <i>Vocatio</i> .....	451
6.4. <i>Coertio</i> ou <i>coercitio</i> .....	452
6.5. <i>Executio</i> .....	452
7. Princípios da jurisdição .....	452
7.1. Investidura .....	452
7.2. <i>Ne procedat judex ex officio</i> .....	452
7.3. Indeclinabilidade.....	453
7.4. Indelegabilidade.....	453
7.5. Improrrogabilidade ou aderência .....	455
7.6. Juiz natural.....	455
7.7. Princípio da correlação entre a imputação e a sentença ou da relatividade .....	455
7.8. Princípio da inevitabilidade ou da irrecusabilidade.....	455
7.9. Princípio da unidade ou identidade da jurisdição .....	456
7.10. Princípio do <i>nulla poena sine judicio</i> .....	456
8. Divisão da jurisdição.....	456

## **XIII – DA COMPETÊNCIA..... 461**

1. Conceito.....	461
2. Delimitação da jurisdição feita pela Constituição. Competência em razão da matéria ( <i>ratione materiae</i> ).....	462
2.1. Competência <i>ratione materiae</i> da Justiça do Trabalho.....	463
2.2. Competência <i>ratione materiae</i> da Justiça Eleitoral.....	463
2.3. Competência <i>ratione materiae</i> da Justiça Militar .....	463



2.4. Competência <i>ratione materiae</i> da jurisdição política .....	463
2.5. Competência <i>ratione materiae</i> da Justiça Comum .....	464
2.5.1. Competência <i>ratione materiae</i> da Justiça Comum Federal.....	464
3. Delimitação da jurisdição feita pela Constituição. Competência em razão do território ( <i>ratione loci</i> ).....	472
3.1. Competência <i>ratione loci</i> da Justiça Eleitoral.....	472
3.2. Competência <i>ratione loci</i> da Justiça Militar .....	474
3.2.1. Competência <i>ratione loci</i> da Justiça Militar Federal.....	474
3.2.2. Competência <i>ratione loci</i> da Justiça Militar Estadual .....	476
3.3. Competência <i>ratione loci</i> da Justiça Comum Federal.....	477
3.4. Competência <i>ratione loci</i> da Justiça Comum Estadual .....	479
4. Delimitação da jurisdição feita pela lei ordinária. Competência <i>ratione loci</i> (em razão do lugar – território) .....	480
4.1. <i>Locus commissi delicti</i> (local da consumação do delito).....	481
4.1.1. Crime consumado .....	481
4.1.2. Crime tentado. Tentativa.....	488
4.1.3. Crimes a distância ou de espaço máximo .....	488
4.1.4. Infrações penais cometidas nas divisas de duas ou mais comarcas .....	489
4.1.5. Infrações penais continuadas e infrações penais permanentes.....	491
4.2. Domicílio ou residência do réu ( <i>forum domicilii</i> ).....	492
4.3. Competência do foro na ação penal privada .....	493
5. Delimitação da jurisdição feita pela lei ordinária. Competência <i>ratione materiae</i> (em razão da matéria).....	493
5.1. Da competência pela distribuição .....	494
5.2. Da competência privativa do Tribunal do Júri.....	495
5.3. Desclassificação para infração da competência de outro juízo .....	496
5.4. Desclassificação na pronúncia e no plenário do júri, para infração da competência de juiz singular.....	496
6. Da competência pela prevenção .....	497
7. Da competência no foro especial.....	499
7.1. Crimes praticados fora do território nacional.....	499
7.2. Crimes praticados em qualquer embarcação no território nacional, ou rios e lagos fronteiriços, bem como a bordo de embarcações nacionais, em alto-mar .....	500
7.3. Crimes praticados a bordo de aeronave nacional, dentro do espaço aéreo correspondente ao território brasileiro, em ao alto-mar, e crimes cometidos a bordo de aeronave estrangeira, dentro do espaço aéreo correspondente ao território nacional .....	501
8. Da competência em face da conexão e continência .....	502
8.1. Conceito e diferenças entre conexão e continência.....	502
8.2. Efeitos da conexão e continência .....	504

8.3. Espécies de conexão .....	506
8.3.1. Conexão intersubjetiva .....	506
8.3.1.1. Conexão intersubjetiva por simultaneidade, ou subjetiva- -objetiva, ou meramente ocasional .....	507
8.3.1.2. Conexão intersubjetiva por concurso, ou subjetiva concu- -sal .....	507
8.3.1.3. Conexão intersubjetiva por reciprocidade .....	508
8.3.2. Conexão objetiva (causal), ou lógica, ou, ainda, material .....	508
8.3.3. Conexão instrumental, ou probatória, ou, ainda, processual .....	510
8.4. Espécies de continência .....	510
8.4.1. Continência por cumulação subjetiva .....	510
8.4.2. Continência por cumulação objetiva .....	511
8.5. <i>Forum attractionis</i> .....	512
8.5.1. <i>Forum attractionis</i> – 1ª regra: prevalece a competência do júri, quando do concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum (CPP, art. 78, I) .....	512
8.5.2. <i>Forum attractionis</i> – 2ª regra: no concurso entre jurisdições da mesma categoria (CPP, art. 78, II) .....	512
8.5.2.1. Prevalece a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave (CPP, art. 78, II, letra a) .....	513
8.5.2.2. Prevalece a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade (CPP, art. 78, II, letra b) .....	513
8.5.2.3. Firmar-se-á a competência pela prevenção, nos outros casos (CPP, art. 78, II, letra c) .....	514
8.5.3. <i>Forum attractionis</i> – 3ª regra: no concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação (CPP, art. 78, III) ...	514
8.5.4. <i>Forum attractionis</i> – 4ª regra: no concurso entre a jurisdição co- mum e a especial, prevalecerá esta (CPP, art. 78, IV) .....	518
8.6. Separação obrigatória dos processos – Exceções às regras que deter- minam o <i>simultaneus processus</i> .....	519
8.6.1. Separação obrigatória. Concurso entre a jurisdição comum e a militar .....	520
8.6.2. Separação obrigatória. Concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores .....	521
8.6.3. Separação obrigatória. Sobrevindo a algum corréu doença mental após a prática da infração penal .....	521
8.6.4. Separação obrigatória. Sobrevindo a hipótese de corréu foragido que não possa ser julgado à revelia .....	521
8.6.5. Sobrevindo a hipótese do art. 461 do CPP (hoje, art. 468, parágrafo único, e art. 469, §§ 1º e 2º) .....	522
8.7. Separação facultativa dos processos – Exceções às regras que determi- nam o <i>simuntaneus processus</i> .....	523
8.7.1. Quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes .....	524

8.7.2. Quando as infrações tiverem sido praticadas por excessivo número de acusados .....	525
8.7.3. Para evitar que a prisão provisória se prolongue.....	525
8.7.4. Por outro motivo relevante .....	526
8.8. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> – artigo 81 do CPP .....	527
8.8.1. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> – No júri .....	528
8.9. Procedimento do juiz prevalente – Soma ou unificação das penas.....	530
8.10. Questões circunstanciais.....	531
9. Da competência pela prerrogativa de função – <i>Ratione personae</i> .....	532
9.1. Competência pela prerrogativa de função ou <i>ratione personae</i> do STF ....	533
9.2. Competência pela prerrogativa de função ou <i>ratione personae</i> do STJ.....	534
9.3. Competência pela prerrogativa de função ou <i>ratione personae</i> dos Tribunais de Justiça.....	535
9.4. Competência pela prerrogativa de função ou <i>ratione personae</i> dos Tribunais Regionais Federais .....	539
9.5. Competência pela prerrogativa de função ou <i>ratione personae</i> do Superior Tribunal Militar .....	540
9.6. Competência pela prerrogativa de função ou <i>ratione personae</i> do Tribunal de Justiça Militar do Estado .....	541
9.7. Competência pela prerrogativa de função ou <i>ratione personae</i> do Tribunal Superior Eleitoral.....	541
9.8. Competência pela prerrogativa de função ou <i>ratione personae</i> dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	541
10. Da competência funcional .....	542
10.1. Competência funcional horizontal por fases do processo.....	543
10.2. Competência funcional horizontal por objeto do juízo.....	544
10.3. Competência funcional vertical em razão dos recursos .....	544
10.3.1. Competência do Supremo Tribunal Federal (STF), em razão dos recursos .....	545
10.3.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em razão dos recursos .....	546
10.3.3. Competência do Superior Tribunal Militar (STM), em razão dos recursos.....	546
10.3.4. Competência dos Tribunais Regionais Federais, em razão dos recursos.....	547
10.3.5. Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais, em razão dos recursos.....	547
10.3.6. Competência do Tribunal Superior Eleitoral, em razão dos recursos.....	547
10.3.7. Competência dos Tribunais de Justiça (TJ), em razão dos recursos.....	548
10.3.8. Competência do Tribunal de Justiça Militar Estadual (TJM), em razão dos recursos .....	549
10.4. Competência funcional vertical originária <i>ratione personae</i> .....	549
10.5. Competência funcional vertical originária <i>ratione materiae</i> .....	549



10.5.1. Competência <i>ratione materiae</i> do STF.....	549
10.5.2. Competência <i>ratione materiae</i> do STJ.....	550
10.5.3. Competência <i>ratione materiae</i> dos Tribunais Regionais Federais ..	550
10.5.4. Competência <i>ratione materiae</i> do Tribunal Superior Eleitoral ....	551
10.5.5. Competência <i>ratione materiae</i> do Superior Tribunal Militar .....	551
10.5.6. Competência <i>ratione materiae</i> do Tribunal de Justiça .....	551

<b>XIV – DOS SUJEITOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>553</b>
1. Introdução .....	553
2. Juiz – Órgãos jurisdicionais .....	554
2.1. Capacidade para ser juiz .....	555
2.2. Da escolha do juiz. Da Constituição da Magistratura – Sistemas.....	556
2.2.1. Sistema da eleição.....	556
2.2.2. Escolha por meio de órgão especializado .....	557
2.2.3. Livre nomeação pelo Executivo.....	557
2.2.4. Sistema de cooptação ou livre escolha pelo Poder Judiciário .....	558
2.2.5. Nomeação pelo Poder Executivo mediante proposta do Poder Legislativo .....	558
2.2.6. Nomeação pelo Poder Executivo mediante proposta do Poder Judiciário .....	559
2.2.7. Nomeação pelo Poder Executivo, dependente de aprovação do Poder Legislativo .....	559
2.2.8. Sorteio .....	560
2.2.9. Concurso.....	561
2.3. Ascensão na carreira .....	562
2.4. Funções do Poder Judiciário – Atividades .....	563
2.4.1. Função jurisdicional.....	564
2.4.2. Funções jurisdicionais (ou judiciárias) em sentido estrito.....	564
2.4.2.1. Secundárias .....	564
2.4.2.2. Anômalas.....	564
2.4.2.3. Autogoverno.....	565
2.5. Da independência dos juízes .....	565
2.5.1. Independência jurídica.....	565
2.5.2. Independência política.....	566
2.6. Funções do juiz no processo .....	567
2.6.1. Função de ordem processual – Prover a regularidade do processo.....	567
2.6.2. Função de ordem administrativa.....	569
2.6.3. Outras funções ou atribuições do juiz .....	570
3. Das partes no processo penal.....	571
3.1. Do Ministério Público .....	575
3.1.1. Origem do Ministério Público .....	576
3.1.2. O Ministério Público no processo .....	577
3.1.2.1. O Ministério Público como parte.....	578



3.1.2.1.1. O Ministério Público e sua parcialidade e imparcialidade no processo.....	578
3.1.2.2. O Ministério Público como <i>custos legis</i> .....	579
3.1.2.3. O Ministério Público como parte adjunta (interveniente adesivo obrigatório) .....	580
3.1.2.4. Contumácia do Ministério Público .....	581
3.1.3. O Ministério Público como instituição .....	581
3.1.3.1. Funções institucionais do Ministério Público.....	581
3.1.3.2. Princípios institucionais do Ministério Público.....	582
3.1.3.3. Organização do Ministério Público .....	583
3.2. Do ofendido.....	584
3.2.1. O ofendido como titular da ação penal privada.....	585
3.2.1.1. Capacidade processual do ofendido na ação penal privada .....	586
3.2.2. O ofendido como assistente de acusação .....	587
3.2.2.1. O assistente de acusação e o advogado .....	588
3.2.2.2. Momento processual para a habilitação.....	588
3.2.2.2.1. Requerimento de habilitação .....	589
3.2.2.2.2. Oitiva do Ministério Público .....	589
3.2.2.2.3. Recurso .....	589
3.2.2.3. Natureza do assistente de acusação .....	590
3.2.2.3.1. O assistente como auxiliar do Ministério Público ....	590
3.2.2.3.2. O assistente com fins de garantir a satisfação do dano.....	590
3.2.2.3.3. Nossa posição quanto à natureza do assistente .	591
3.2.2.4. Atividades do assistente .....	597
3.2.2.5. O assistente nas contravenções penais.....	602
3.2.2.6. Notificação e intimação do assistente .....	602
3.2.2.7. Corréu como assistente.....	603
3.3. Do acusado .....	604
3.3.1. Capacidade.....	605
3.3.1.1. Capacidade. Autor do delito com mais de 18 anos.....	605
3.3.1.2. Capacidade. Autor do delito com enfermidade mental.....	606
3.3.1.3. Capacidade. Imunidades políticas ou diplomáticas.....	607
3.3.1.4. Capacidade. Os animais, os mortos e os entes inanimados.....	607
3.3.1.5. Capacidade. Pessoa jurídica .....	607
3.3.1.6. Capacidade. <i>Ignotus</i> .....	608
3.3.1.7. Capacidade. Qualificação do acusado .....	609
3.3.2. Presença do acusado .....	610
3.3.3. Contumácia do acusado.....	610
3.3.4. Condução coercitiva do acusado.....	612
3.3.5. Direitos do acusado.....	613
3.4. Do defensor .....	614

3.4.1. Importância e necessidade da defesa técnica.....	616
3.4.2. A defesa técnica: defensor, procurador e curador.....	617
3.4.2.1. Defesas colidentes.....	620
3.4.3. Função do defensor. Natureza jurídica.....	620
3.4.4. Curador.....	621
3.4.5. História do defensor do acusado.....	622
3.4.6. Das incompatibilidades e impedimentos do advogado.....	624
3.4.7. Dos direitos do advogado.....	625
3.4.8. Dos deveres do advogado.....	627
3.4.9. Das infrações e sanções disciplinares do advogado.....	629
3.5. Dos auxiliares da justiça.....	632
3.5.1. Serventuários e funcionários da justiça.....	633

## **XV – DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES..... 637**

1. Introdução.....	637
2. Questões prejudiciais.....	637
2.1. Noção e conceito.....	637
2.2. Questões prejudiciais e preliminares.....	638
2.2.1. Características da questão prejudicial.....	638
2.2.2. Questões prejudiciais e questões preliminares.....	639
2.3. Divisão ou espécies de questões prejudiciais.....	641
2.4. Solução das questões prejudiciais. Sistemas.....	641
2.4.1. Sistema da cognição incidental.....	641
2.4.2. Sistema da prejudicialidade obrigatória.....	642
2.4.3. Sistema da prejudicialidade facultativa.....	643
2.4.4. Sistema da separação jurisdicional relativa obrigatória.....	643
2.5. Solução das questões prejudiciais: pelo nosso direito.....	644
2.5.1. Questão prejudicial devolutiva obrigatória.....	644
2.5.1.1. Estado civil e questões de estado.....	644
2.5.1.2. Prelibação.....	645
2.5.1.3. Suspensão do processo.....	646
2.5.1.3.1. Produção de provas.....	646
2.5.1.4. Recurso.....	646
2.5.1.5. Intervenção do Ministério Público na ação civil.....	647
2.5.1.6. Prescrição.....	647
2.5.2. Questão prejudicial devolutiva relativa.....	648
2.5.2.1. Pressupostos da questão prejudicial devolutiva relativa.....	648
2.5.2.2. Prelibação.....	649
2.5.2.3. Suspensão do processo.....	650
2.5.2.3.1. Produção de provas.....	650
2.5.2.4. Recurso.....	651
2.5.2.5. Intervenção do Ministério Público na ação civil.....	652
2.6. Influência do julgado cível.....	652
2.7. Natureza jurídica das prejudiciais.....	653

3. Das exceções processuais.....	654
3.1. Noções.....	654
3.2. Defesa contra a ação.....	654
3.3. Defesa contra o processo.....	654
3.4. Pressupostos processuais .....	655
3.5. Inadequação da expressão “exceções processuais” .....	656
3.6. Exceções processuais, segundo o Código.....	656
3.6.1. Exceção de suspeição. <i>Exceptio suspicionis</i> .....	656
3.6.1.1. Motivos ou circunstâncias que acarretam a suspeição do juiz .....	658
3.6.1.2. Abstenção de ofício.....	662
3.6.1.3. Arguição e procedimento .....	662
3.6.1.4. Arguição pelo Ministério Público.....	664
3.6.1.5. Arguição pelo assistente de acusação.....	664
3.6.1.6. Reconhecimento da suspeição pelo juiz .....	664
3.6.1.7. Não reconhecimento da suspeição pelo juiz.....	665
3.6.1.8. Órgão jurisdicional competente para o julgamento .....	665
3.6.1.9. Procedimento na instância superior.....	665
3.6.1.10. A arguição e a suspensão do processo .....	666
3.6.1.11. Consequências do julgamento.....	666
3.6.1.12. A suspeição na instância superior .....	667
3.6.1.12.1. Abstenção .....	667
3.6.1.12.2. Arguição da suspeição de membro do órgão colegiado .....	668
3.6.1.13. A suspeição do jurado .....	668
3.6.1.14. A suspeição do órgão do Ministério Público .....	670
3.6.1.15. A suspeição do perito .....	673
3.6.1.16. A suspeição do intérprete .....	674
3.6.1.17. A suspeição dos serventuários.....	674
3.6.1.18. A suspeição da autoridade policial .....	674
3.6.1.19. Das incompatibilidades e impedimentos.....	676
3.6.1.20. Expressões comuns .....	677
3.6.2. Exceção de incompetência – <i>Exceptio incompetentiae</i> .....	677
3.6.2.1. Abstenção .....	677
3.6.2.2. Alegação de incompetência .....	678
3.6.3. Exceção de litispendência.....	680
3.6.3.1. Procedimento .....	681
3.6.4. Exceção de ilegitimidade de parte. <i>Exceptio illegitimitatis partis</i> .....	682
3.6.5. Exceção de coisa julgada. <i>Exceptio rei judicatae</i> .....	683
4. Do conflito de jurisdição .....	686
4.1. Modalidades de conflito de jurisdição .....	687
4.2. Legitimidade para suscitar o conflito de jurisdição.....	687
4.3. Procedimento a ser observado.....	688
4.3.1. Na arguição.....	688

4.3.2. Na instância superior .....	688
4.4. Competência.....	689
4.4.1. Competência do STF .....	690
4.4.2. Competência do STJ.....	690
4.4.3. Competência do TRF .....	690
4.4.4. Competência no conflito entre auditoria da Justiça Militar Estadual e juiz de direito do mesmo Estado.....	690
4.4.5. Competência no conflito entre Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada.....	691
4.5. Avocação .....	691
4.6. Conflito de jurisdição e conflito de competência.....	691
4.7. Conflito de atribuições .....	692
5. Restituição de coisas apreendidas.....	695
5.1. Coisas que podem ser apreendidas .....	695
5.2. Coisas que não podem ser apreendidas .....	697
5.3. Restituição .....	697
5.3.1. Objetos não passíveis de restituição.....	697
5.3.2. Objetos passíveis de restituição.....	699
5.3.3. Restituição pela autoridade policial .....	700
5.3.4. Restituição pela autoridade judiciária .....	700
5.3.5. Restituição de coisas facilmente deterioráveis .....	701
5.3.6. Coisas adquiridas com os proventos do crime .....	702
5.4. Destino das coisas apreendidas .....	703
6. Medidas assecuratórias .....	704
6.1. Sequestro.....	705
6.1.1. Sequestro de bens imóveis .....	706
6.1.2. Sequestro de bens móveis.....	710
6.1.3. Sequestro de bens na Lei n. 9.613/1998.....	710
6.1.4. Sequestro de bens na Lei n. 11. 343/2006.....	712
6.2. Hipoteca legal .....	713
6.3. Arresto de móveis.....	717
6.4. Do incidente de falsidade .....	720
6.4.1. Noções .....	720
6.4.2. Legitimidade.....	721
6.4.3. Oportunidade da arguição .....	722
6.4.4. Procedimento, na hipótese de alegação .....	722
6.4.5. Procedimento, se determinada a verificação de falsidade, de ofício, pelo Juiz.....	723
6.4.6. Recurso .....	723
6.4.7. Suspensão do processo principal.....	723
6.4.8. Rejeição liminar do incidente de falsidade .....	724
6.4.9. Decisão <i>incidenter tantum</i> . Coisa julgada.....	724
6.4.10. Remessa do documento falso ao Ministério Público.....	725



6.5. Do incidente de insanidade mental do acusado .....	726
6.5.1. Pressuposto para a determinação da perícia.....	727
6.5.2. Autoridade competente para determinar a perícia e o momento processual indicado .....	728
6.5.3. Legitimidade para o requerimento e a representação.....	728
6.5.4. Determinação da perícia de ofício pelo juiz. Indeferimento do requerimento.....	728
6.5.5. Procedimento.....	729
6.5.6. Critérios para se aferir a inimizabilidade .....	736
<b>XVI – DA ACTIO CIVILIS EX DELICTO .....</b>	<b>739</b>
1. Noções.....	739
2. Sistemas.....	740
2.1. Sistema adotado no Brasil.....	741
3. Responsabilidade civil e responsabilidade penal.....	743
4. Influência da jurisdição penal sobre a civil .....	744
5. Ilícito penal e ilícito civil.....	747
6. Ação penal e ação civil – Independência .....	748
6.1. Suspensão da ação civil <i>ex delicto</i> .....	749
7. Legitimação.....	750
7.1. Legitimação do Ministério Público.....	750
8. Foro competente. Execução.....	751
9. Sentença absolutória e a <i>actio civilis ex delicto</i> .....	752
10. Arquivamento do inquérito e extinção da punibilidade .....	755
<b>XVII – FATOS E ATOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>757</b>
1. Noções.....	757
2. Fatos processuais .....	757
3. Atos jurídicos.....	758
4. Atos processuais.....	758
5. Classificação dos atos processuais .....	759
6. Atos processuais das partes.....	761
7. Atos processuais dos juizes.....	761
8. Atos processuais dos auxiliares da justiça .....	763
9. Atos processuais de terceiros.....	763
10. Atos processuais simples, complexos e compostos.....	764
11. Termos.....	764
12. Audiências .....	765
13. Sessões.....	768
14. Limites de lugar .....	768
15. Limites de forma.....	769
16. Limites de tempo .....	773

16.1. Prazo.....	773
16.1.1. Espécies de prazo.....	773
16.1.2. Princípios da igualdade de tratamento e da brevidade.....	774
16.1.3. Contagem dos prazos.....	775
16.1.4. Fixação do <i>dies a quo</i> .....	777
16.1.5. Fixação do <i>dies ad quem</i> .....	778
16.1.6. O prazo corre em cartório.....	779
16.1.7. Peremptoriedade (ou fatalidade) e continuidade.....	779
16.1.8. Preclusão.....	780
16.1.9. Prazo e termo.....	782

## **XVIII – DA CITAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO..... 783**

1. Conceito de citação.....	783
2. Finalidade da citação.....	783
3. Citação e o contraditório.....	784
4. Efeitos da citação.....	785
5. Órgãos da citação.....	786
6. Espécies de citação.....	787
6.1. Citação real (pessoal, <i>in faciem</i> ).....	787
6.1.1. Por mandado.....	787
6.1.1.1. Requisitos intrínsecos do mandado.....	788
6.1.1.2. Requisitos extrínsecos do mandado.....	788
6.1.2. Por carta precatória.....	789
6.1.2.1. Interrogatório no juízo deprecado.....	792
6.1.3. Por carta de ordem.....	796
6.1.4. Por carta rogatória.....	797
6.1.5. Citação do militar.....	798
6.1.6. Citação do funcionário público.....	799
6.1.7. Citação do preso.....	800
6.2. Citação com hora certa.....	801
6.3. Citação <i>ficta</i> (presumida ou por edital).....	801
6.3.1. Hipóteses legais que permitem a citação por edital.....	803
6.3.2. Requisitos da citação por edital.....	805
6.3.3. A revelia e o art. 366 do CPP.....	805
6.3.3.1. Suspensão do processo e do prazo prescricional.....	807
6.3.3.2. Determinação da produção das provas consideradas urgentes.....	810
6.3.3.3. Decretação da prisão preventiva.....	815
6.3.3.4. Comparecimento do acusado.....	816
6.3.3.5. Aplicação do art. 366 do CPP aos processos em andamento.....	816
6.3.3.6. Críticas ao art. 366 do CPP.....	818
7. Destinatário da citação.....	820

8. Falta e tempo da citação.....	822
9. Citação no processo de execução.....	823
10. Cientificação da acusação antes da citação.....	823
11. Notificação e intimação.....	824
11.1. Conceito.....	824
11.2. Procedimento.....	825

<b>XIX – PARTE I – TEORIA GERAL DA PROVA.....</b>	<b>829</b>
1. Conceito.....	829
2. Objetivo ou finalidade da prova.....	830
3. Princípios gerais das provas.....	830
3.1. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	831
3.2. Princípio da audiência contraditória.....	831
3.3. Princípio da aquisição ou comunhão da prova.....	831
3.4. Princípio do livre convencimento motivado.....	831
3.5. Princípio da oralidade.....	832
3.5.1. Subprincípio da concentração.....	832
3.5.2. Subprincípio da imediação.....	832
3.5.3. Subprincípio da publicidade.....	833
4. Classificação da prova.....	833
4.1. Quanto ao critério do objeto.....	833
4.2. Quanto ao critério do sujeito.....	833
4.3. Quanto ao critério da forma.....	834
4.4. Quanto ao seu efeito ou valor.....	834
5. Fonte, meio e elementos de prova.....	834
5.1. Fonte.....	834
5.2. Meio.....	835
5.3. Elementos.....	835
6. Objeto da prova ou <i>thema probandum</i> .....	835
6.1. Conceito.....	835
6.2. <i>Quaestiones facti</i> .....	835
6.2.1. Fatos notórios.....	836
6.2.2. Máximas da experiência.....	836
6.2.3. Fatos evidentes.....	837
6.2.4. Presunções <i>juris tantum</i> e <i>juris et de jure</i> .....	837
6.2.5. Fatos <i>fictos</i> .....	839
6.2.6. Fatos impertinentes ou irrelevantes.....	840
6.2.7. Questões de somenos, adiaforas, secundárias ou não essenciais, ou ainda fatos inúteis.....	840
6.2.8. Fato incontroverso ou fato admitido.....	840
6.3. Direito.....	840
7. Prova proibida (ilícita e ilegítima).....	841
8. Liberdade e restrições à prova.....	849

8.1. Restrições à prova .....	849
8.2. Provas no CPP. Enumeração taxativa ou exemplificativa (ou enunciativa) .....	850
9. Ônus da prova .....	851
9.1. <i>Onus probandi</i> , no CPP .....	852
10. Produção da prova pelo juiz de ofício (faculdade probatória) .....	854
11. Avaliação ou apreciação da prova. Sistemas .....	857
11.1. Noções .....	857
11.2. Sistema da livre convicção, ou da prova livre, ou da íntima convicção....	859
11.3. Sistema legal ou tarifado .....	859
11.4. Sistema da persuasão racional .....	860
11.5. Sistema que adotamos .....	862
11.5.1. Júri, exceção ao sistema da persuasão racional .....	864
12. Procedimento probatório .....	864
12.1. Proposição da prova .....	865
12.1.1. Momento para a indicação ou propositura da prova no processo .....	865
12.2. Admissão da prova .....	866
12.3. Produção da prova .....	867
12.3.1. Produção da prova no juizado especial criminal .....	868
13. Prova emprestada .....	869
14. Das justificações .....	871
15. Prova suficiente e insuficiente para a condenação .....	872

## **XIX – PARTE II – DAS PROVAS EM ESPÉCIE .....** 877

A) Do interrogatório do réu .....	877
1. Noções .....	877
2. Interrogatório como meio de defesa e de prova .....	880
3. Necessidade do interrogatório .....	882
4. Imprescindibilidade do interrogatório .....	885
5. Interferência da acusação e da defesa .....	885
6. Nomeação de curador ao réu menor .....	886
7. Oportunidade do interrogatório .....	886
8. Caracteres do interrogatório .....	889
8.1. Ato personalíssimo .....	889
8.2. Judicialidade .....	889
8.3. Oralidade .....	890
8.4. Ato não preclusivo .....	890
9. Conteúdo .....	890
10. Direito de silêncio .....	895
11. Condução coercitiva do acusado .....	897
12. Corréus. Chamada de corréu. Delação .....	898
13. Carta precatória. Interrogatório do acusado em outra comarca .....	898



14. Formalização do ato do interrogatório .....	901
15. Confissão .....	902
15.1. Definição .....	902
15.2. Valor probatório .....	903
15.3. Divisão .....	905
15.4. Confissão <i>ficta</i> ou presumida .....	906
15.5. Espontaneidade .....	907
15.6. Retratabilidade .....	907
15.7. Divisibilidade .....	908
16. Conclusão do interrogatório. Providências do juiz. Requerimentos das partes ...	908
B) Das declarações do ofendido .....	908
1. Conceito de ofendido .....	908
2. Denominação adequada à fala do ofendido .....	909
3. Desnecessidade de se arrolar o ofendido .....	909
4. Procedimento para a audição do ofendido .....	911
5. Obrigação de prestar declarações .....	912
6. Falso testemunho e denúncia caluniosa .....	912
7. A vítima figurando também como réu .....	913
8. Valor probatório das declarações do ofendido .....	913
9. Medidas de proteção e apoio ao ofendido .....	916
10. Proteção a vítimas ameaçadas .....	917
C) Da prova testemunhal .....	917
1. Conceito .....	917
2. Fundamento da prova testemunhal .....	917
3. Valor probatório .....	919
4. Classificação das testemunhas .....	920
5. Características do testemunho .....	922
5.1. Oralidade .....	922
5.2. Objetividade .....	923
5.3. Retrospectividade .....	924
5.4. Judicialidade .....	924
5.5. Imediação .....	925
5.6. Individualidade .....	925
6. Capacidade jurídica para depor .....	925
7. Dever jurídico de depor .....	926
7.1. Exceções ao dever de depor .....	926
7.1.1. Primeira exceção (CPP, art. 206) .....	926
7.1.1.1. Exceção da exceção do dever de depor (exclusão da dis-	
pensa) .....	927
7.1.2. Segunda exceção (CPP, art. 207) .....	928
7.1.3. Terceira exceção (CF, art. 53, § 6º) .....	928
8. Proibição de depor .....	929
9. Subdeveres da testemunha .....	931

9.1. Dever de comparecimento .....	931
9.1.1. Exceções ao dever de comparecimento .....	933
9.2. Dever de prestar compromisso (dever de prometer e de dizer a verdade).....	933
9.2.1. Pessoas dispensadas do compromisso .....	934
9.2.2. Falta do compromisso e a nulidade do ato processual .....	935
9.2.3. Falta do compromisso e o delito de falso testemunho .....	935
9.2.3.1. Pessoas enumeradas no art. 206 do CPP (falta de compromisso e falso testemunho) .....	935
10. Momentos do depoimento .....	937
11. Oitiva da testemunha .....	938
11.1. Inquirição direta pelas partes .....	940
12. Contradita e arguição de defeitos.....	944
13. Tomada do depoimento com a retirada do acusado da sala de audiências.....	945
14. Ocasião própria para o depoimento .....	946
15. Lugar do depoimento .....	947
16. Testemunha de fora. Carta precatória .....	947
17. Momento para arrolar e número de testemunhas .....	950
18. Documentação do depoimento .....	955
19. Testemunhas da acusação e da defesa .....	955
20. Testemunho de policiais.....	955
21. Indenização .....	956
22. Providências contra a testemunha que pratica falso testemunho .....	956
23. Proteção a testemunhas ameaçadas.....	958
D) Da acareação.....	961
1. Definição .....	961
2. Pessoas sujeitas à acareação.....	961
3. Requisitos ou pressupostos .....	962
4. Procedimento .....	963
5. Importância ou utilidade da diligência .....	964
6. Acareação de presente com ausente .....	965
7. Acareação na polícia e em juízo.....	966
8. Valor probatório.....	967
E) Do reconhecimento de pessoas ou coisas.....	967
1. Definição .....	967
2. Reconhecimento formal e reconhecimento informal.....	967
2.1. Necessidade do reconhecimento formal .....	967
2.2. Substituição do reconhecimento formal pelo informal.....	968
3. Procedimento .....	969
4. Valor probatório.....	971
5. Reconhecimento por fotografia ou outros meios.....	972
6. Reconhecimento de coisas .....	973
F) Da prova pericial.....	974
1. Conceito de perícia .....	974

2. Natureza jurídica, Perícia e prova.....	974
3. Nomeação do perito.....	976
4. Condução coercitiva do perito.....	977
5. Suspeição dos peritos.....	977
6. Peritos oficiais e peritos não oficiais.....	978
7. Tomada do compromisso dos peritos.....	979
8. Número de peritos exigido.....	979
9. Realização da perícia. Procedimento .....	980
9.1. Iniciativa e momento da perícia .....	980
9.2. Formulação de quesitos.....	981
9.3. Corporificação da perícia.....	982
9.4. Dia e horário da perícia. Prazo.....	983
10. Auto e laudo pericial .....	983
11. Conteúdo do auto ou laudo pericial.....	983
12. Princípio vinculatorio e princípio liberatório .....	985
13. Laudo imperfeito.....	986
14. Divergência entre os peritos.....	986
15. Homologação do laudo.....	987
16. Perícia em outra comarca. Precatória .....	987
17. Entrega do auto de exame pericial à parte interessada.....	987
18. Espécies de perícias.....	988
19. Regras especiais relativas a algumas perícias .....	989
19.1. Perícias em cadáveres .....	989
19.1.1. Autópsia ou necropsia, ou, ainda, necroscopia .....	989
19.1.2. Exumação.....	991
19.1.3. Fotografias, esquemas ou desenhos .....	991
19.2. Crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada.....	993
19.3. Crime de incêndio .....	993
19.4. Reconhecimento de escritos e perícia grafotécnica.....	993
20. Providências cautelares a serem tomadas diante de determinadas perícias....	995
20.1. Perícias de laboratório .....	995
20.2. Preservação do local. Instrução dos laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.....	995
21. Do exame de corpo de delito.....	996
22. Exame de corpo de delito, nas lesões corporais.....	1000
23. Exame dos <i>instrumenta sceleris</i> .....	1001
24. Pedido de esclarecimentos aos peritos.....	1002
25. Perícia no inquérito policial. Ato instrutório.....	1002
26. Perícia providenciada pela parte. Valor probatório.....	1003
27. Valor probatório da prova pericial .....	1003
28. Falsa perícia .....	1004
G) Dos indícios e presunções .....	1004



1. Conceito. Considerações .....	1004
2. Fonte dos indícios .....	1006
3. Valor probante.....	1007
H) Da delação. Chamada de corréu .....	1008
1. Definição.....	1008
2. Possibilidade de reperguntas do corréu. Valor probatório.....	1008
I) Da busca e apreensão .....	1008
1. Definição.....	1008
2. Momento processual para a realização .....	1009
3. Espécies de busca.....	1009
4. Iniciativa.....	1010
5. Sujeito ativo e passivo da busca .....	1010
6. Do mandado de busca.....	1010
7. Aspectos da busca domiciliar .....	1011
8. Aspectos da busca pessoal.....	1014
9. Apreensão em território de outra jurisdição.....	1016
10. Apreensão de cartas. Correspondência.....	1017
11. Busca no escritório do advogado.....	1018
12. Busca nas repartições públicas.....	1019
J) Dos documentos.....	1019
1. Definição.....	1019
2. Documentos e instrumentos. Instrumentos e papéis .....	1020
3. Documentos originais, traslados e públicas-formas.....	1021
4. Classificação dos documentos.....	1022
5. Autenticidade .....	1023
6. Documentos em língua estrangeira.....	1024
7. Momento para a apresentação do documento .....	1024
8. Documentos que podem ser apresentados .....	1024
9. Providências após a juntada dos documentos.....	1025
10. Juntada de documentos pelo juiz, de ofício .....	1025
11. Desentranhamento do documento .....	1026
12. Valor probatório do documento .....	1026
<b>XX – DAS NULIDADES.....</b>	<b>1027</b>
1. Noções.....	1027
2. Atos essenciais ou acidentais – formalidades essenciais ou acidentais.....	1031
3. Nulidade dos atos processuais.....	1032
4. Nulidade no nosso Código de Processo Penal .....	1032
4.1. Nulidade por incompetência, suspeição ou suborno do juiz.....	1033
4.1.1. Incompetência .....	1033
4.1.2. Suspeição ou suborno do juiz .....	1035
4.2. Por ilegitimidade de parte.....	1036
4.3. Nulidade por falta das fórmulas ou dos termos .....	1038



4.3.1. Falta da denúncia ou da queixa e da representação e, nos processos de contravenções penais, da portaria ou do auto de prisão em flagrante.....	1038
4.3.2. Falta do exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, ressalvado o disposto no art. 167 .....	1041
4.3.3. Falta de nomeação de defensor ao réu presente, que não tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos .....	1042
4.3.4. Falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública .....	1051
4.3.5. Falta da citação do réu para ver-se processar, o seu interrogatório, quando presente, e os prazos concedidos à acusação e à defesa ...	1052
4.3.6. Falta da sentença de pronúncia, o libelo e a entrega da respectiva cópia, com o rol de testemunhas, nos processos perante o Tribunal do Júri.....	1056
4.3.7. Falta da intimação do réu para a sessão de julgamento, pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia ..	1057
4.3.8. Falta da intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade, nos termos estabelecidos pela lei.....	1058
4.3.9. Falta da presença pelo menos de 15 jurados para a constituição do júri .....	1059
4.3.10. Falta do sorteio dos jurados do conselho de sentença em número legal e sua incomunicabilidade.....	1060
4.3.11. Falta dos quesitos e as respectivas respostas.....	1061
4.3.12. Falta da acusação e da defesa, na sessão de julgamento.....	1062
4.3.13. Falta da sentença .....	1063
4.3.14. Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido .....	1071
4.3.15. Falta de intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência de sentenças e despachos de que caiba recurso .....	1072
4.3.16. Falta de quórum legal para o julgamento, no Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais de segunda ou última instância.....	1072
4.4. Nulidade relativa.....	1073
4.4.1. Convalidação da nulidade relativa .....	1074
4.4.1.1. Não arguição da nulidade em tempo oportuno.....	1074
4.4.1.2. Quando o ato tiver atingido seu fim, ainda que praticado por outra forma .....	1077
4.4.1.3. Aceitação de seus efeitos pela parte, ainda que tacitamente .....	1077
4.4.2. Reconhecimento de ofício pelo juiz.....	1077
4.4.3. Reconhecimento de ofício pelo tribunal.....	1078
4.5. Nulidade absoluta .....	1078
4.5.1. Tempo para a arguição da nulidade absoluta .....	1079
4.5.2. Reconhecimento de ofício pelo juiz.....	1079
4.5.3. Reconhecimento de ofício pelo tribunal.....	1080
4.6. <i>Pas de nullité sans grief</i> – O artigo 563 do CPP.....	1080

4.7. Princípios informativos das nulidades .....	1082
4.8. Renovação e ratificação dos atos processuais.....	1085
4.9. Algumas considerações sobre as nulidades diante da nossa disciplina processual penal.....	1086

<b>XXI – DA PRISÃO PROVISÓRIA .....</b>	<b>1087</b>
1. Conceito de prisão.....	1087
2. Prisão-pena.....	1087
3. Prisão sem pena.....	1094
3.1. Regras comuns a todos os tipos de prisão provisória.....	1096
3.1.1. Necessidade e dispensa de mandado de prisão.....	1096
3.1.1.1. Mandado de prisão.....	1097
3.1.1.1.1. Requisitos.....	1097
3.1.1.1.2. Cumprimento .....	1099
3.1.2. Tempo e lugar da prisão.....	1100
3.1.3. Momento em que se tem por efetuada a prisão.....	1103
3.1.4. Recolhimento do réu à prisão .....	1104
3.1.5. Prisão por precatória .....	1105
3.1.6. Prisão por telegrama ou qualquer meio de comunicação.....	1106
3.1.7. Prisão por telefone ou por qualquer meio de comunicação .....	1107
3.1.8. Prisão em perseguição.....	1108
3.1.8.1. O flagrante na prisão em perseguição .....	1110
3.1.8.2. Prisão em outra comarca.....	1110
3.1.8.3. Custódia .....	1110
3.1.9. Emprego de força para efetuar a prisão .....	1111
3.1.10. Recolhimento do preso provisório em separado .....	1114
3.1.11. Prisão especial .....	1115
3.1.12. Prisão domiciliar.....	1119
3.1.13. Prisão em período eleitoral.....	1120
3.1.14. Remoção do preso.....	1121
3.2. Da prisão em flagrante delito.....	1121
3.2.1. Conceito .....	1121
3.2.2. Espécies ou modalidades de flagrante .....	1122
3.2.2.1. Espécies ou modalidades de flagrante no nosso Direito ....	1122
3.2.2.2. Outras classificações do flagrante .....	1127
3.2.2.2.1. Flagrante facultativo .....	1127
3.2.2.2.2. Flagrante obrigatório ou compulsório.....	1128
3.2.2.2.3. Flagrante esperado.....	1128
3.2.2.2.4. Flagrante preparado ou provocado .....	1129
3.2.2.2.5. Flagrante forjado, fabricado, maquiado ou urdi- do.....	1131
3.2.2.2.6. Flagrante prorrogado ou retardado.....	1131
3.2.3. Flagrante em crime permanente.....	1132
3.2.4. Flagrante em crime habitual e profissional .....	1132

3.2.5. Flagrante em crime continuado .....	1134
3.2.6. Flagrante em crime de ação penal pública condicionada .....	1134
3.2.7. Flagrante em crime de ação penal privada .....	1135
3.2.8. Flagrante em contravenção penal .....	1135
3.2.9. Sujeitos do flagrante .....	1136
3.2.9.1. Sujeito ativo do flagrante .....	1136
3.2.9.2. Sujeito passivo do flagrante .....	1137
3.2.10. Autoridade competente para lavrar o auto de prisão em flagrante delito .....	1138
3.2.11. Lavratura do auto de prisão em flagrante delito .....	1140
3.2.11.1. Apresentação do preso .....	1140
3.2.11.2. Elaboração do auto de prisão em flagrante delito .....	1141
3.2.11.2.1. Providências iniciais para a lavratura do auto de prisão em flagrante .....	1141
3.2.11.2.2. Formalização da prisão em flagrante e seu regramento .....	1142
3.2.11.3. Sugestão para a elaboração do auto de prisão em flagrante delito .....	1145
3.2.12. Formalidades quanto à prisão e elaboração do auto de flagrante .....	1147
3.2.13. Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial .....	1152
3.2.14. Comunicação da prisão em flagrante ao juiz .....	1153
3.2.15. Recebimento da comunicação da prisão em flagrante pelo juiz. Decisão reclamada (relaxamento, decretação da preventiva, concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança) .....	1155
3.2.16. Nota de culpa .....	1157
3.2.17. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito .....	1159
3.2.18. Natureza jurídica da prisão em flagrante delito .....	1162
3.2.19. Fundamento da prisão em flagrante delito .....	1163
3.2.20. Concessão da liberdade provisória .....	1165
3.2.21. Recaptura do preso em flagrante, no caso de fuga .....	1165
3.3. Da prisão temporária .....	1166
3.3.1. Conceito e natureza jurídica .....	1166
3.3.2. Necessidade .....	1166
3.3.3. Cabimento .....	1167
3.3.3.1. Na fase pré-processual (fase do inquérito policial) .....	1168
3.3.3.2. Quando imprescindível para as investigações .....	1168
3.3.3.3. Quanto aos crimes especificados em lei .....	1168
3.3.3.4. Indiciado sem residência fixa ou que não fornece elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade .....	1170
3.3.4. Legitimidade para requerer a prisão temporária .....	1170
3.3.5. Legitimidade para decretar a prisão temporária .....	1171
3.3.6. Prazo da prisão temporária .....	1171
3.3.7. Providências relacionadas à prisão temporária .....	1172



3.3.8. Apresentação do preso. Solicitação de informações. Realização de exame de corpo de delito.....	1172
3.3.9. Vencimento da prisão temporária.....	1172
3.3.10. Abuso de autoridade.....	1173
3.3.11. Revogação da prisão temporária .....	1173
3.3.12. Liberdade provisória .....	1174
3.3.13. Plantão judiciário e do Ministério Público .....	1174
3.3.14. Constitucionalidade .....	1174
3.3.15. Recurso da decisão que indefere pedido de prisão temporária ..	1174
3.4. Da prisão preventiva .....	1174
3.4.1. Noções .....	1174
3.4.2. Conceito – Definição.....	1176
3.4.3. Espécies .....	1177
3.4.4. Nomenclatura – Prisão preventiva .....	1177
3.4.5. Fundamento .....	1178
3.4.6. Pressupostos .....	1178
3.4.7. Cabimento – Hipóteses legais .....	1179
3.4.8. Circunstâncias ou condições autorizadoras .....	1183
3.4.8.1. Garantia da ordem pública .....	1184
3.4.8.2. Garantia da ordem econômica.....	1185
3.4.8.3. Conveniência da instrução criminal .....	1187
3.4.8.4. Asseguramento da aplicação da lei penal.....	1188
3.4.8.5. Descumprimento de obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.....	1188
3.4.9. Legitimidade para decretar .....	1191
3.4.10. Legitimidade para requerer .....	1192
3.4.11. Fase em que pode ser decretada .....	1193
3.4.12. Fundamentação da decisão que decreta, substitui ou denega a prisão preventiva .....	1195
3.4.13. Revogação, cassação e redetração.....	1196
3.4.14. Prisão preventiva na hipótese do art. 366 do CPP.....	1197
3.4.15. Proibição.....	1198
3.4.16. Recurso.....	1199
3.4.16.1. Da decisão que decreta.....	1199
3.4.16.2. Da decisão que deixa de revogar .....	1199
3.4.16.3. Da decisão que rejeita .....	1200
3.4.16.4. Da decisão que revoga.....	1200
3.4.16.5. Da decisão que substitui medida cautelar por preventiva e a que indefere o pedido de substituição.....	1200
3.4.16.6. Da decisão que não acolhe a representação da autoridade policial .....	1200
3.4.17. Prazo.....	1200
3.4.18. Apresentação espontânea do acusado.....	1203
3.4.19. Liberdade provisória .....	1203



3.4.20. Relaxamento do flagrante.....	1204
3.4.21. Primariedade e bons antecedentes.....	1204
3.4.22. Extensão.....	1204
3.4.23. Substituição da prisão preventiva pela domiciliar.....	1204
3.5. Da prisão resultante da sentença de pronúncia.....	1205
3.6. Da prisão resultante de sentença penal condenatória recorrível.....	1206

## **XXII – DA LIBERDADE PROVISÓRIA E MEDIDAS CAUTELARES.....** 1209

I – Da liberdade provisória.....	1209
1. Noções.....	1209
2. Conceito.....	1210
3. Hipóteses legais.....	1211
3.1. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação.....	1211
3.2. Liberdade provisória sem fiança, porém vinculada.....	1213
3.3. Liberdade provisória mediante fiança.....	1218
3.3.1. Conceito de fiança.....	1219
3.3.2. Conceito de liberdade provisória mediante fiança.....	1219
3.3.3. Finalidade da fiança.....	1219
3.3.4. Objeto da fiança.....	1220
3.3.5. Legitimidade para prestar fiança.....	1220
3.3.6. Recolhimento da fiança.....	1220
3.3.7. Momento para prestar a fiança.....	1221
3.3.8. Legitimidade para conceder fiança.....	1221
3.3.9. Obrigações a que se sujeita o afiançado.....	1223
3.3.10. Definitividade da fiança.....	1224
3.3.11. Extinção da fiança.....	1224
3.3.11.1. Quebramento da fiança.....	1224
3.3.11.1.1. Legitimidade para decretar.....	1225
3.3.11.1.2. Consequências.....	1225
3.3.11.1.3. Destino.....	1226
3.3.11.1.4. Liberdade provisória.....	1226
3.3.11.1.5. Recurso.....	1227
3.3.11.2. Perdimento da fiança.....	1227
3.3.11.2.1. Consequências.....	1227
3.3.11.2.2. Recurso.....	1228
3.3.11.3. Cassação da fiança.....	1228
3.3.11.3.1. Consequências.....	1228
3.3.11.3.2. Recurso.....	1229
3.3.11.4. Fiança sem efeito.....	1229
3.3.11.4.1. Legitimidade para declarar a fiança sem efeito..	1229
3.3.11.4.2. Consequências.....	1230
3.3.11.4.3. Recurso.....	1230
3.3.12. Reforço da fiança.....	1230
3.3.13. Absolvição.....	1231

3.3.14. Extinção da punibilidade.....	1232
3.3.15. Condenação.....	1232
3.3.16. Execução.....	1232
3.3.17. A ressuscitação da fiança.....	1232
3.3.18. Convolução da liberdade provisória com fiança em liberdade provisória sem fiança .....	1233
3.3.19. Infrações penais afiançáveis e inafiançáveis.....	1234
3.3.20. Valor ou limites da fiança .....	1237
3.3.21. O pedido de concessão de fiança, seu processamento e recurso....	1239
3.3.21.1. Perante a autoridade policial.....	1239
3.3.21.2. Perante a autoridade judiciária (juiz) .....	1240
3.3.22. Natureza jurídica da fiança .....	1241
3.3.23. Cumulação da fiança com outra medida cautelar.....	1241
4. Liberdade provisória obrigatória, permitida e vedada .....	1241
5. Recurso.....	1242
II – Das medidas cautelares.....	1242

<b>XXIII – DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO.....</b>	<b>1251</b>
1. Noções.....	1251
2. Natureza jurídica do processo.....	1252
3. Caracteres da relação processual .....	1254
4. Início e fim do processo .....	1254
5. Pressupostos processuais.....	1255
6. Formas procedimentais. Procedimentos.....	1256
6.1. Procedimento comum .....	1257
6.1.1. Procedimento comum ordinário.....	1258
6.1.2. Procedimento comum sumário .....	1272
6.1.3. Procedimento comum sumaríssimo .....	1274
6.2. Procedimento do júri .....	1297
6.2.1. Competência do júri .....	1297
6.2.2. Natureza do procedimento .....	1298
6.2.3. Procedimento escalonado .....	1300
6.2.4. Petição inicial (denúncia) .....	1300
6.2.4.1. Despacho liminar de admissibilidade. Recebimento ou rejeição da inicial .....	1301
6.2.5. Citação .....	1302
6.2.6. Defesa escrita.....	1302
6.2.7. Absolvição sumária antecipada.....	1303
6.2.8. Audiência concentrada .....	1304
6.2.9. Debates. Alegações orais.....	1308
6.2.10. Sentença .....	1315
6.2.10.1. Sentença de pronúncia (CPP, art. 413).....	1315
6.2.10.2. Sentença de impronúncia (CPP, art. 414).....	1323

6.2.10.3. Sentença de desclassificação (CPP, art. 419).....	1326
6.2.10.4. Sentença de absolvição sumária (CPP, art. 415) .....	1331
6.2.11. Fase do artigo 422 do CPP .....	1338
6.2.12. Determinação de diligências.....	1341
6.2.13. Relatório e designação da sessão plenária (CPP, art. 423).....	1341
6.2.14. Julgamento .....	1343
6.2.14.1. Composição do tribunal do júri. Competência de seus órgãos. Formação do conselho de sentença .....	1343
6.2.14.2. Jurados. Serviço obrigatório .....	1344
6.2.14.3. Jurados. Alistamento .....	1345
6.2.14.4. Condição para ser jurado .....	1347
6.2.14.5. Reunião periódica e sessão de julgamento .....	1347
6.2.14.6. Sorteio dos 25 jurados da urna geral .....	1347
6.2.14.7. Convocação dos jurados .....	1348
6.2.14.8. Responsabilidade criminal dos jurados.....	1349
6.2.14.9. Benefícios aos jurados .....	1349
6.2.14.10. Não comparecimento do jurado.....	1350
6.2.14.11. Quórum para a instalação da sessão .....	1351
6.2.14.12. Jurado emprestado.....	1351
6.2.14.13. Sorteio de jurados suplentes.....	1352
6.2.14.14. Órgão do Ministério Público .....	1352
6.2.14.15. Não comparecimento do advogado do assistente de acusação.....	1353
6.2.14.16. Não comparecimento do acusador particular.....	1354
6.2.14.17. Não comparecimento do acusado (réu) .....	1354
6.2.14.18. Não comparecimento do defensor .....	1355
6.2.14.19. Não comparecimento do curador .....	1356
6.2.14.20. Não comparecimento da testemunha .....	1356
6.2.14.21. Não comparecimento do juiz presidente.....	1358
6.2.14.22. Arguição de suspeição do juiz presidente.....	1358
6.2.14.23. Abandono do plenário pelo juiz.....	1359
6.2.14.24. Início dos trabalhos do júri .....	1359
6.2.14.24.1. Formação do conselho de sentença.....	1360
6.2.14.24.2. Advertência sobre as causas de impedimen- to, suspeição e incompatibilidades.....	1360
6.2.14.24.3. Advertência sobre a incomunicabilidade ...	1361
6.2.14.24.4. Sorteio .....	1361
6.2.14.24.5. Abstenção de ofício .....	1361
6.2.14.24.6. Recusa imotivada ou peremptória .....	1361
6.2.14.24.7. Recusa motivada .....	1366
6.2.14.24.8. Arguição de suspeição .....	1366
6.2.14.24.9. Estouro de urna.....	1367
6.2.14.24.10. Exortação e tomada do compromisso dos jurados.....	1367

6.2.14.24.11. Distribuição de cópias dos autos aos jurados pelo juiz.....	1367
6.2.14.25. Início da instrução plenária. Oitiva do ofendido e das tes-temunhas .....	1368
6.2.14.25.1. Falso testemunho .....	1370
6.2.14.25.2. Oitiva de perito.....	1370
6.2.14.25.3. Interrogatório do acusado no plenário.....	1370
6.2.14.25.4. Leitura de peças .....	1372
6.2.14.26. Debates.....	1373
6.2.14.26.1. Tempo dos debates.....	1373
6.2.14.26.2. Ordem a ser seguida nos debates.....	1374
6.2.14.26.3. Como a parte inicia os debates .....	1375
6.2.14.26.4. Apresentação do processo e das teses. Predicados do orador .....	1377
6.2.14.26.5. O acusador e sua vinculação com a pro-núncia .....	1379
6.2.14.26.6. O defensor e sua vinculação à defesa .....	1380
6.2.14.26.7. Indicação da peça lida ou citada pelo orador.....	1383
6.2.14.26.8. Verificação de fato essencial para a decisão da causa (CPP, art. 481).....	1384
6.2.14.26.9. Proibição de referência à decisão de pro-núncia, às decisões posteriores que julgam admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudi-quem o acusado, ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo .....	1384
6.2.14.26.10. Documento novo. Leitura de documento que não consta dos autos e sem prévia ciência da parte contrária (CPP, art. 479).....	1385
6.2.14.26.11. Depoimento pessoal da parte.....	1386
6.2.14.27. Réplica .....	1387
6.2.14.28. Tréplica .....	1388
6.2.14.29. Apartes e interferências.....	1389
6.2.14.30. Esclarecimentos aos jurados. CPP, art. 480, § 1º.....	1391
6.2.14.31. Leitura dos quesitos pelo juiz .....	1392
6.2.14.32. Anúncio do julgamento. Providências.....	1393
6.2.14.33. Julgamento.....	1394
6.2.14.33.1. Forma do voto .....	1394
6.2.14.33.2. Votação.....	1394
6.2.14.33.3. Sentença .....	1397
6.2.14.34. Ata.....	1400
6.2.14.35. Atribuições do juiz presidente .....	1403
6.2.15. Outras questões do júri.....	1408



6.2.15.1. Nulidades.....	1408
6.2.15.2. Ordem de julgamento dos processos.....	1409
6.2.15.3. Desclassificação própria e imprópria.....	1409
6.2.15.4. Apelação.....	1409
6.2.15.5. Revisão criminal e o júri.....	1410
6.2.15.6. Desaforamento.....	1411
6.2.15.6.1. Legitimidade para requerer o desaforamento....	1413
6.2.15.6.2. Órgão jurisdicional competente.....	1413
6.2.15.6.3. Processamento.....	1413
6.2.15.6.4. Deferimento ou indeferimento do pedido....	1414
6.2.15.6.5. Momento do desaforamento.....	1414
6.2.15.6.6. Desaforamento e efeito suspensivo.....	1415
6.2.15.7. Reaforamento.....	1415
6.2.15.8. Quesitos.....	1415
6.3. Procedimentos especiais.....	1419
6.3.1. Procedimento dos crimes de falência.....	1419
6.3.2. Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.....	1423
6.3.3. Procedimento dos crimes contra a honra.....	1427
6.3.3.1. Pedido de explicações.....	1432
6.3.4. Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	1434
6.3.4.1. Prazo da ação penal. Decadência.....	1437
6.3.5. Procedimento dos crimes de imprensa.....	1438
6.3.6. Procedimento dos crimes de entorpecentes – uso e tráfico.....	1441
6.3.6.1. Posse para consumo (uso) pessoal de substância entorpecente.....	1441
6.3.6.2. Tráfico ilícito de drogas.....	1443
6.3.6.3. Procedimento.....	1445
6.3.7. Procedimento dos crimes de abuso de autoridade.....	1453
6.3.8. Procedimento dos crimes contra a economia popular.....	1456
6.3.9. Procedimento dos crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores.....	1458
6.3.10. Procedimento dos crimes contra a fauna.....	1460
6.3.11. Procedimento dos crimes eleitorais.....	1460
6.3.12. Procedimento para os crimes previstos na Lei n. 7.505/1986, na Lei n. 8.313/1991 e na Lei n. 8.685/1993.....	1464
6.4. Procedimento no foro pela prerrogativa de função. Competência dos tribunais.....	1465
6.4.1. Processos de competência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	1465
6.4.2. Processos de competência dos demais Tribunais (Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e Tribunais Regionais Federais).....	1469
6.5. Procedimento na restauração de autos.....	1470

<b>XXIV – DA SENTENÇA .....</b>	<b>1473</b>
1. Definição .....	1473
2. Classificação das sentenças ou decisões definitivas .....	1474
2.1. Sentenças condenatórias e absolutórias .....	1474
2.2. Sentenças executáveis, não executáveis e condicionais .....	1474
2.3. Sentenças simples e subjetivamente complexas. Decisão coletiva e sub- jetivamente plúrima .....	1474
2.4. Sentença rotativa .....	1475
3. Natureza jurídica .....	1475
4. Função da sentença .....	1476
5. Estrutura lógica .....	1476
6. Requisitos da sentença .....	1476
6.1. Relatório .....	1477
6.2. Motivação – fundamentação .....	1479
6.3. Conclusão – comando .....	1481
6.4. Parte autenticativa .....	1484
7. Publicação da sentença .....	1485
7.1. Efeito da publicação .....	1485
8. Intimação da sentença .....	1486
9. Sentença penal absolutória e seus efeitos .....	1488
10. Sentença penal condenatória .....	1489
10.1. Aplicação da pena .....	1489
10.2. Efeitos .....	1492
11. Taxa judiciária .....	1495
12. <i>Emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i> .....	1495
12.1. <i>Emendatio libelli</i> .....	1496
12.1.1. <i>Emendatio libelli</i> na segunda instância .....	1497
12.2. <i>Mutatio libelli</i> .....	1497
12.2.1. <i>Mutatio libelli</i> . Procedimento .....	1500
12.2.2. <i>Mutatio libelli</i> na segunda instância .....	1503
<b>XXV – DA COISA JULGADA .....</b>	<b>1505</b>
1. Considerações gerais .....	1505
2. Coisa julgada formal e material .....	1505
3. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada .....	1506
4. Fundamento político da coisa julgada .....	1506
<b>XXVI – DOS RECURSOS .....</b>	<b>1507</b>
1. Considerações e conceito .....	1507
2. Fundamento .....	1508
3. Pressupostos .....	1510
3.1. Pressupostos lógico e fundamental .....	1511
3.2. Pressupostos recursais objetivos .....	1513
3.2.1. Cabimento ou autorização legal .....	1513

3.2.2. Adequação. Aplicação da teoria da fungibilidade dos recursos.....	1513
3.2.3. Tempestividade.....	1514
3.2.4. Regularidade procedimental ou observância das formalidades legais.....	1515
3.2.5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo.....	1515
3.3. Pressupostos recursais subjetivos.....	1516
3.3.1. Interesse.....	1516
3.3.2. Legitimidade.....	1516
4. Juízo de admissibilidade.....	1517
5. Extinção anormal dos recursos.....	1518
6. Princípios.....	1518
6.1. Fungibilidade.....	1519
6.2. Unirrecorribilidade ou singularidade.....	1519
6.3. A irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	1519
6.4. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> ou a regra <i>tantum devolutum quantum appellatum</i> .....	1520
7. Efeitos.....	1520
7.1. Devolutivo.....	1520
7.2. Suspensivo.....	1522
7.3. Extensivo.....	1522
7.4. Regressivo (ou diferido, ou iterativo).....	1523
7.5. Classificação de Sérgio Bermudes.....	1523
8. Classificação dos recursos.....	1523
8.1. Critério da extensão da matéria impugnada.....	1523
8.2. Critério com base nos seus fundamentos.....	1524
8.3. Critério das fontes normativas.....	1524
8.4. Recurso voluntário e obrigatório (necessário, <i>ex officio</i> , anômalo).....	1525
9. Espécies de recurso.....	1528
9.1. Recurso de apelação.....	1528
9.1.1. Noção e conceito.....	1528
9.1.2. Origem. Considerações históricas.....	1529
9.1.3. Características gerais.....	1529
9.1.4. Cabimento. Decisões que comportam apelação.....	1530
9.1.5. Forma de interposição.....	1536
9.1.6. Prazo da apelação. Interposição.....	1537
9.1.6.1. Contagem do prazo.....	1538
9.1.6.2. Consequência da perda do prazo de interposição.....	1539
9.1.6.3. Órgão jurisdicional competente para a interposição.....	1540
9.1.6.4. Rejeição do recurso.....	1540
9.1.7. Razões de apelação.....	1540
9.1.7.1. Prazo para as razões.....	1540
9.1.7.2. Razões com a petição de interposição.....	1541
9.1.7.3. Razões no Juizado Especial Criminal.....	1541
9.1.7.4. Endereçamento.....	1541

9.1.7.5. Princípio da conversão .....	1541
9.1.7.6. Apresentação das razões na segunda instância .....	1541
9.1.7.6.1. Apresentação das razões na segunda instância pelo Ministério Público.....	1542
9.1.7.7. Descumprimento do prazo para razões .....	1543
9.1.7.8. Falta de razões da defesa.....	1543
9.1.7.9. Falta de razões da acusação.....	1543
9.1.8. Contrarrazões de apelação .....	1543
9.1.8.1. Prazo para as contrarrazões.....	1544
9.1.8.2. Descumprimento do prazo para contrarrazões .....	1544
9.1.8.3. Falta de contrarrazões da defesa .....	1544
9.1.8.4. Falta de contrarrazões do Ministério Público.....	1544
9.1.8.5. Apresentação das contrarrazões na segunda instância.....	1545
9.1.9. Momento processual de delimitação dos termos da apelação .....	1545
9.1.10. Juntada de documentos .....	1546
9.1.11. Juízo de retratação .....	1546
9.1.12. Extinção normal da apelação.....	1546
9.1.13. Extinção anormal da apelação .....	1547
9.1.14. Apelação plena (ou total ou ampla) e limitada (ou parcial ou restrita).....	1547
9.1.15. Legitimidade para apelar .....	1547
9.1.15.1. Réu absolvido e sua legitimidade para apelar.....	1547
9.1.15.2. Recurso do Ministério Público a favor do réu.....	1548
9.1.15.3. Recurso do Ministério Público contra o réu na ação penal privada subsidiária da pública.....	1548
9.1.15.4. Recurso do Ministério Público de sentença absolutória na ação penal privada (exclusivamente privada ou privada personalíssima).....	1548
9.1.16. Fuga do réu. Consequência .....	1549
9.1.17. Renúncia e desistência do recurso .....	1549
9.1.18. Princípio da consumação (ou consunção). Absorção do recurso em sentido estrito.....	1551
9.1.19. Processamento do recurso.....	1551
9.1.20. Extensão do recurso .....	1551
9.1.21. Princípio da fungibilidade dos recursos (ou do recurso indiferente, ou do tanto vale).....	1552
9.1.22. Apelação subsidiária.....	1553
9.1.23. Apelação ordinária e sumária .....	1553
9.1.24. Ministério Público de Segunda Instância e a Apelação .....	1553
9.1.25. Publicação da pauta de julgamento da apelação.....	1554
9.1.26. Definição jurídica diversa no julgamento da apelação ( <i>emendatio             libelli</i> ) .....	1554
9.1.27. Nova definição jurídica ao fato no julgamento da apelação ( <i>mutatio             libelli</i> ).....	1555



9.1.28. <i>Reformatio in pejus</i> .....	1555
9.1.29. <i>Reformatio in melius</i> .....	1557
9.1.30. Produção de prova pelo tribunal .....	1558
9.1.31. Recolhimento do réu à prisão para apelar. Apelação em liberdade ..	1559
9.1.32. Apelo incidental .....	1561
9.2. Recurso no sentido estrito .....	1562
9.2.1. Cabimento. Decisões que comportam recurso no sentido estrito ..	1562
9.2.2. Artigo 581. Enumeração taxativa. Emprego da analogia .....	1574
9.2.3. Interposição .....	1575
9.2.3.1. Órgão jurisdicional competente .....	1575
9.2.3.2. Forma .....	1575
9.2.3.3. Prazo .....	1575
9.2.3.3.1. Contagem do prazo .....	1575
9.2.3.3.2. Perda do prazo. Consequência .....	1576
9.2.4. Rejeição do recurso .....	1576
9.2.5. Razões .....	1576
9.2.5.1. Prazo para as razões .....	1576
9.2.5.1.1. Razões com a petição de interposição .....	1576
9.2.5.1.2. Descumprimento do prazo para razões .....	1577
9.2.5.2. A falta de razões do recorrente .....	1577
9.2.5.3. Apresentação das razões na segunda instância .....	1577
9.2.6. Contrarrazões .....	1577
9.2.6.1. Prazo para as contrarrazões .....	1578
9.2.6.1.1. Descumprimento do prazo para as contrarrazões ....	1578
9.2.6.2. Falta de contrarrazões .....	1578
9.2.7. Juntada de documentos .....	1578
9.2.8. Endereçamento .....	1579
9.2.9. Juízo de retratação .....	1579
9.2.10. Efeito regressivo .....	1580
9.2.11. Efeito suspensivo .....	1581
9.2.11.1. Mandado de segurança para conferir efeito suspensivo .....	1581
9.2.12. Processamento do recurso .....	1582
9.2.13. Renúncia e desistência do recurso (defesa e Ministério Público) .....	1583
9.2.14. Deserção pela fuga .....	1583
9.2.15. Aplicação do princípio da fungibilidade dos recursos .....	1583
9.3. Recurso de embargos de declaração .....	1584
9.3.1. Noções .....	1584
9.3.2. Natureza jurídica .....	1584
9.3.3. Definição .....	1584
9.3.4. Legitimidade .....	1585
9.3.5. Cabimento. Pressupostos .....	1585
9.3.6. Efeito regressivo. Juízo de retratação .....	1586

9.3.7. Suspensão ou interrupção do prazo para outro recurso .....	1586
9.3.8. Embargos de declaração opostos aos embargos de declaração ....	1587
9.3.9. Unicidade ou dualidade de decisões.....	1588
9.3.10. Extensão dos embargos declaratórios .....	1588
9.3.11. Processamento .....	1589
9.3.11.1. Interposição. Forma. Endereçamento.....	1589
9.3.11.2. Interposição. Prazo .....	1589
9.3.11.3. Razões.....	1590
9.3.11.4. Indeferimento liminar do requerimento.....	1590
9.3.11.5. Julgamento.....	1591
9.3.12. Embargos de declaração na primeira instância – sentença .....	1591
9.4. Recurso de embargos infringentes e de nulidade .....	1592
9.4.1. Nomenclatura .....	1592
9.4.2. Cabimento .....	1592
9.4.3. Alcance dos embargos infringentes e de nulidade .....	1593
9.4.4. Decisões de segunda instância que comportam os embargos infringentes e de nulidade .....	1593
9.4.5. Recurso exclusivo da defesa .....	1594
9.4.6. Interposição. Prazo. Processamento.....	1595
9.4.7. Juízo de retratação nos embargos infringentes e de nulidade.....	1596
9.4.8. Necessidade ou não de recolhimento à prisão .....	1597
9.4.9. Embargos infringentes e de nulidade no STF e no STJ.....	1597
9.5. Carta testemunhável .....	1598
9.5.1. Admissibilidade .....	1598
9.5.2. Nomenclatura.....	1598
9.5.3. Prazo e contagem .....	1599
9.5.4. Processamento.....	1599
9.5.4.1. Interposição .....	1599
9.5.4.2. Razões e contrarrazões .....	1600
9.5.4.3. Juízo de retratação .....	1600
9.5.4.4. Procedimento na instância superior .....	1601
9.5.4.5. Indeferimento <i>in limine</i> da carta .....	1601
9.5.4.6. Apreciação do mérito do recurso denegado .....	1601
9.5.4.7. Efeito do recurso .....	1602
9.5.4.8. Recibo a ser fornecido pelo escrivão.....	1602
9.5.4.9. Não cabimento da carta testemunhável .....	1603
9.5.4.10. Razões históricas da carta testemunhável.....	1604
9.6. Correição parcial.....	1605
9.6.1. Nomenclatura.....	1606
9.6.2. Natureza jurídica.....	1606
9.6.3. Procedimento .....	1606
9.6.4. Pedido de reconsideração .....	1608
9.6.5. Efeito da correição parcial .....	1608
9.7. Agravos no processo penal .....	1608

9.7.1. Agravos regimental, inominado e de instrumento .....	1609
9.7.2. Agravo em execução.....	1609
9.7.2.1. Denominação.....	1609
9.7.2.2. Interposição. Prazo. Processamento .....	1609
9.7.2.3. Efeito do recurso de agravo em execução.....	1611
9.8. Recurso extraordinário e especial.....	1611
9.8.1. Recurso extraordinário .....	1612
9.8.1.1. Cabimento.....	1612
9.8.1.2. Condições de admissibilidade. Pressupostos específicos....	1613
9.8.1.3. Legitimidade.....	1615
9.8.1.4. Procedimento.....	1616
9.8.1.4.1. No tribunal <i>a quo</i> .....	1616
9.8.1.4.2. No tribunal <i>ad quem</i> (STF).....	1617
9.8.1.4.3. Agravo de instrumento (agora, agravo nos próprios autos) .....	1618
9.8.1.4.4. Agravo interno.....	1620
9.8.1.4.5. Prequestionamento .....	1620
9.8.1.4.6. Interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial.....	1621
9.8.1.4.7. Embargos de divergência .....	1622
9.8.1.5. Matéria eleitoral.....	1622
9.8.1.6. Súmulas do STF .....	1623
9.8.2. Recurso especial.....	1625
9.8.2.1. Cabimento.....	1625
9.8.2.2. Condições de admissibilidade. Pressupostos específicos....	1626
9.8.2.3. Legitimidade.....	1626
9.8.2.4. Procedimento.....	1627
9.8.2.4.1. No tribunal <i>a quo</i> .....	1627
9.8.2.4.2. No tribunal <i>ad quem</i> (STJ) .....	1628
9.8.2.4.3. Agravo de instrumento.....	1628
9.8.2.4.4. Agravo regimental.....	1630
9.8.2.4.5. Prequestionamento .....	1630
9.8.2.4.6. Interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial.....	1631
9.8.2.4.7. Embargos de divergência .....	1632
9.8.2.5. Justiça eleitoral.....	1632
9.8.2.6. Súmulas do STJ .....	1632
9.9. Habeas corpus.....	1633
9.9.1. Noções gerais. Definição .....	1633
9.9.2. Não cabimento de <i>habeas corpus</i> .....	1636
9.9.3. Natureza jurídica.....	1636
9.9.4. Legitimidade para impetrar <i>habeas corpus</i> .....	1638
9.9.5. Legitimidade passiva na ação de <i>habeas corpus</i> .....	1639

9.9.6. Concessão de <i>habeas corpus</i> de ofício .....	1640
9.9.7. Relaxamento da prisão .....	1640
9.9.8. Competência do órgão jurisdicional .....	1640
9.9.8.1. Competência originária.....	1640
9.9.8.1.1. Do Supremo Tribunal Federal – STF.....	1640
9.9.8.1.2. Do Superior Tribunal de Justiça – STJ .....	1641
9.9.8.1.3. Dos Tribunais Regionais Federais – TRF.....	1641
9.9.8.1.4. Dos Tribunais Regionais do Trabalho – TRT .....	1642
9.9.8.1.5. Do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....	1642
9.9.8.1.6. Do Superior Tribunal Militar – STM .....	1642
9.9.8.1.7. Do Tribunal de Justiça Militar – TJM .....	1642
9.9.8.1.8. Dos Tribunais Regionais Eleitorais – TRE .....	1642
9.9.8.1.9. Do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.....	1643
9.9.8.1.10. Do Tribunal de Justiça – TJ .....	1643
9.9.8.1.11. Dos Juízes Federais .....	1643
9.9.8.1.12. Dos Juízes Eleitorais.....	1643
9.9.8.1.13. Dos Juízes do Trabalho.....	1643
9.9.8.1.14. Dos Juízes de Direito.....	1643
9.9.8.2. Competência recursal .....	1644
9.9.8.2.1. Do Supremo Tribunal Federal – STF .....	1644
9.9.8.2.2. Do Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	1644
9.9.8.2.3. Dos Tribunais Regionais Federais – TRF.....	1644
9.9.8.2.4. Dos Tribunais Regionais do Trabalho – TRT.....	1644
9.9.8.2.5. Do Superior Tribunal Militar – STM, e dos Tribunais de Justiça Militar – TJM .....	1644
9.9.8.2.6. Dos Tribunais Regionais Eleitorais – TRE .....	1645
9.9.8.2.7. Do Tribunal Superior Eleitoral – TSE .....	1645
9.9.8.2.8. Do Tribunal de Justiça – TJ .....	1645
9.9.8.3. Competência – Notas.....	1645
9.9.9. Capacidade postulatória.....	1647
9.9.10. Cabimento. Constrangimento ilegal .....	1647
9.9.11. Admissibilidade.....	1651
9.9.12. Petição de <i>habeas corpus</i> . Impetração.....	1652
9.9.13. Liminar em pedido de <i>habeas corpus</i> .....	1653
9.9.14. Apresentação do paciente .....	1653
9.9.15. Requisição de informações.....	1653
9.9.16. Intervenção do Ministério Público.....	1654
9.9.17. Rito na primeira instância .....	1654
9.9.18. Rito na segunda instância.....	1655
9.9.19. Recursos .....	1656
9.9.20. Efeitos .....	1656
9.9.21. Concessão da ordem.....	1657



9.9.22. Sanções .....	1657
9.9.23. Espécies de <i>habeas corpus</i> .....	1658
9.9.24. Reiteração .....	1658
9.9.25. Expressões utilizadas na petição de <i>habeas corpus</i> .....	1659
9.10. Revisão criminal .....	1659
9.10.1. Considerações preliminares .....	1659
9.10.2. Revisão criminal a favor do réu (e da sociedade?) .....	1660
9.10.3. Natureza jurídica .....	1663
9.10.4. Pressuposto primordial .....	1663
9.10.5. Momento para se intentar a ação. Prazo .....	1664
9.10.6. Legitimidade para promover a ação .....	1664
9.10.6.1. Réu .....	1664
9.10.6.2. Procurador legalmente habilitado .....	1665
9.10.6.3. Cônjuge, ascendente, descendente e irmão do condenado .....	1666
9.10.7. O Ministério Público e ação de revisão criminal .....	1666
9.10.8. Competência .....	1667
9.10.9. Cabimento da revisão criminal (fundamentos do pedido) .....	1668
9.10.9.1. Decisão condenatória contrária ao texto expresso da lei penal .....	1668
9.10.9.2. Decisão condenatória contrária à evidência dos autos .....	1668
9.10.9.3. Depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos .....	1669
9.10.9.4. Novas provas de inocência .....	1669
9.10.9.5. Circunstância determinante ou autorizadora de diminuição especial da pena .....	1669
9.10.10. Procedimento. Processamento .....	1670
9.10.10.1. Pedido .....	1670
9.10.10.1.1. Indeferimento liminar .....	1671
9.10.10.2. Julgamento .....	1672
9.10.10.3. Não intervenção do ofendido (da vítima) .....	1673
9.10.10.4. Improcedência .....	1673
9.10.10.5. Procedência .....	1674
9.10.11. Morte do condenado no curso do processo revisional .....	1676
9.10.12. Recolhimento à prisão para requerer a revisão .....	1676
9.10.13. Revisão criminal e a pena .....	1676
9.10.14. Revisão para aumentar a pena .....	1677
9.10.15. Possibilidade de concessão além do que foi pedido .....	1678
9.10.16. Extinção da punibilidade .....	1678
9.10.17. <i>Novatio legis</i> .....	1678
9.10.18. Unificação de penas .....	1679
9.10.19. Absolvição e revisão .....	1679

9.10.20. Reiteração do pedido revisional.....	1679
9.10.21. Revisão criminal nas justiças eleitoral e militar.....	1680
9.10.22. Revisão criminal da sentença estrangeira.....	1680
9.10.23. Indenização.....	1681
9.10.24. Revisão criminal e o júri.....	1682
9.11. Protesto por novo júri.....	1684

<b>EXPRESSÕES ESTRANGEIRAS E LATINAS COM TRADUÇÃO OU SIGNIFICADO ...</b>	<b>1689</b>
--	-------------

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1705</b>
---------------------------	-------------